



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

**LICENCIATURA EM
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS**

**CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS E O
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO**

Estudo de Caso Câmara Municipal do Porto Novo

Autor: Paulo Jorge Fortes Évora

Orientador: Nuno Álvares Gomes Santos

Mindelo, Novembro 2013

Paulo Jorge Fortes Évora

CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS E O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Caso Câmara Municipal do Porto Novo

Monografia apresentada à Universidade do
Mindelo para a obtenção do grau de licenciatura
em Organização e Gestão de Empresas

ORIENTAÇÃO: Lic- Nuno Álvares Gomes Santos

Mindelo, Novembro 2013

DEDICATÓRIA

Esta Monógrafia é dedicada a Universidade do Minho, pela decisão tomada no momento mais crítico para o Pólo do Porto Novo, quando esteve em iminência de ser distinguido, e teve a ousadia de nos proporcionar um ambiente académico mais digno transferindo as turmas para S. Vicente.

Esta dedicatória é extensiva a todos os meus colegas que responderam positivamente a proposta da Universidade, e aos Docentes que abdicaram dos seus merecidos fins-de-semana e do convívio dos familiares, para nos transmitir os seus conhecimentos, sem as quais não seria possível atingir os nossos objectivos. Um muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha, mulher e os meus queridos filhos dos quais me orgulho tanto, que incondicionalmente me apoiou enquanto estive nesta caminhada. Os meus agradecimentos vão extensivamente a todos os meus irmãos que de uma forma ou de outra me apoiaram, especialmente Maria de Jesus e Joana, que sem os seus apoios as minhas deslocações e permanência no Mindelo não seriam possíveis.

Agradeço particularmente a minha querida mãe, que me transmitiu a humildade, honestidade e o respeito, e me fez compreender que na vida nada se consegue sem empenho, dedicação e muito trabalho.

Ao meu orientador Nuno Santos, agradeço todo o seu empenho e encorajamento nos momentos em que me senti aflito, correndo atrás do tempo que a cada dia que passava era uma angústia. Agradeço a todos que me apoiaram directa e indirectamente. Obrigado!

RESUMO

Quem desempenha funções de carácter público, deve regularmente explicar o que anda a fazer, como e porque faz, quanto gasta e o que pretende fazer a seguir. Não se trata apenas de prestar contas em termos quantitativos mas de dar a conhecer o que se conseguiu e justificar aquilo em que se falhou.

A qualidade da informação divulgada pelas entidades públicas é uma componente fundamental da obrigação de prestar contas que as organizações têm perante as instâncias controladoras e os representados, sendo que essa qualidade é determinada pelo cumprimento das normas e procedimentos exigidos na lei.

Neste contexto, o presente estudo tem como principal objectivo dar a conhecer aos interessados por esta matéria, os sistemas de contabilidade e de controlo interno aplicáveis às autarquias locais cabo-verdianas, cuja importância deriva do papel preponderante que a administração local vem assumindo no país.

O estudo debruça-se particularmente sobre a conformidade em relação à lei das finanças locais, dos procedimentos e contas do Município do Porto Novo nos anos 2008 a 2011.

As principais conclusões apontam para o facto de a Câmara Municipal do Porto Novo cumprir com os procedimentos contabilísticos legalmente aceites e estabelecidos pelo regime das finanças locais mas que em termos de controlo interno existem determinadas falhas e aspectos que merecem uma atenção especial para garantir a transparência da gestão municipal.

Palavras-chave: Sistema de Contabilidade, Autarquias Locais, Controlo Interno

ABSTRACT

People who play important roles in the public sector should regularly explain what they are doing, how and why they are doing it, how much they spend and what are their near future plans. It is not only a matter of accounting, but also to show what was got and to justify what was failed.

The quality of the information transmitted by the public entities is a fundamental component in the obligation of accountability that institutions have toward the controller institutions and representatives, having in mind that such quality is determined by the accomplishment of norms and procedures required by law.

In this context, the main goal of this study is to show the interested in the subject the systems of accounting and internal control applicable to the local Capeverdean authorities, which importance comes from the major role that the local administration is playing in the country.

The study focuses particularly over the conformity related to the Local Finances Law, of the procedures and accounts of the County of Porto Novo along the years of 2008 to 2011.

The main conclusions head to the fact that the City Council of Porto Novo accomplish with accounting procedures legally accepted and established by the System of Local Finances, but that in terms of internal control there are certain gaps and aspects that deserve a special attention in order to warrant the transparency of municipal management.

Key Words: Accounting System, Local Authorities, Internal Control

ÍNDICE

| | |
|---|------|
| AGRADECIMENTOS | III |
| RESUMO..... | IV |
| ABSTRACT | V |
| LISTA DE SIGLAS..... | VIII |
| LISTA DE QUADROS | X |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. - ABORDAGEM TEORICA E CONCEPTUAL..... | 7 |
| 1.1 - Administração pública | 7 |
| 1.2 - Evolução histórica..... | 7 |
| 1.3 - Caracterização da administração pública Cabo-verdiana | 8 |
| 1.4 - O Processo da descentralização em Cabo Verde | 9 |
| 1.4.1 - Conceito | 9 |
| 1.4.2 - Quadro constitucional | 10 |
| 1.4.3 - Quadro legal..... | 11 |
| 1.5 - Contabilidade pública | 12 |
| 1.5.1 - Conceito | 12 |
| 1.5.2 - Orçamento público..... | 15 |
| 1.5.3 - Princípio orçamental | 15 |
| 1.5.4 - Receitas públicas | 15 |
| 1.5.5 - Despesas públicas | 17 |
| 2 - CONTABILIDADE PÚBLICA EM CABO VERDE..... | 21 |
| 2.1 - Sistema de Normalização Contabilístico de Cabo Verde | 21 |
| 2.1.1 - Estrutura conceptual..... | 22 |
| 2.1.2 - Necessidade da informação financeira | 22 |
| 2.1.3 - Objectivos das demonstrações financeiras | 25 |
| 2.1.4 - Posição financeira, desempenho e alterações | 25 |
| 2.2 - Plano Nacional da Contabilidade Pública | 27 |
| 2.2.1 - Requisitos da informação contabilística | 30 |
| 2.2.2 - Princípios contabilísticos..... | 32 |
| 2.3 - Aspectos relevantes da lei das finanças locais..... | 34 |
| 3 - O CONTROLO INTERNO- CONCEITO E OBJECTIVOS..... | 38 |
| 3.1 - Sistema de controlo interno..... | 40 |
| 3.2 - Elementos do sistema de controlo interno | 40 |

| | |
|---|----|
| 3.3 - A Importância do sistema de controlo interno..... | 41 |
| 3.4 - Limitações do sistema de controlo interno | 42 |
| 3.5 - Avaliação do sistema de controlo interno..... | 43 |
| 3.6 - Controlo Interno nas Autarquias Locais | 44 |
| 3.6.1 - Métodos e Procedimentos | 44 |
| 3.6.2 - Controlo das disponibilidades | 46 |
| 3.6.3 - Controlo das contas de terceiros | 47 |
| 3.6.4 - Controlo das existências | 48 |
| 3.7 - Controlo externo | 49 |
| 4 - ESTUDO DO CASO – CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO | 50 |
| 4.1 - Caracterização do Município do Porto Novo | 50 |
| 4.2 - Competência e estrutura orgânica | 52 |
| 4.3 - Os Recursos da Câmara Municipal | 53 |
| 4.3.1 - Recursos humanos..... | 53 |
| 4.3.2 - Recursos financeiros | 54 |
| 4.4 - Contabilidade e o sistema de informação municipal | 57 |
| 4.4.1 - Contabilidade municipal | 57 |
| 4.4.2 - Sistema de informação municipal (SIM) | 60 |
| 4.4.3 - Análise orçamental..... | 62 |
| 4.4.4 - Execução orçamental | 64 |
| 4.4.5 - Evolução das receitas cobradas | 65 |
| 4.4.6 - Evolução das despesas realizadas..... | 67 |
| 4.4.7 - Endividamento Municipal | 69 |
| 4.4.8 – Dívidas de terceiros | 72 |
| 4.5 - Contabilidade do SAAS-PN- Caso particular | 74 |
| 4.5.1 - Objectivos e atribuições | 74 |
| 4.5.2 - Organização | 75 |
| 4.5.3 - Sistema de prestação de contas..... | 75 |
| 4.6 - Contas de gerência | 77 |
| 4.7 - Análise de relatório da inspecção..... | 83 |
| 4.7.1 - Balanço a tesouraria | 85 |
| CONCLUSÃO..... | 87 |
| RECOMENDAÇÕES..... | 90 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|--|
| AE | Auditoria Externa |
| AL | Administração Local |
| AM | Assembleia Municipal |
| ANMCV | Associação Nacional dos Municípios de C. Verde |
| AP | Administração Pública |
| ATC | Acórdãos do Tribunal de Contas |
| AU | Administração Ultramarina |
| CAL | Contabilidade das Autarquias Locais |
| CG | Contas de Gerência |
| CM | Câmaras Municipais |
| CMPN | Câmara Municipal do Porto Novo |
| CP | Contabilidade Pública |
| CV | Cabo Verde |
| DL | Decreto-lei |
| EFU | Estatuto e Funcionalismo Ultramarino |
| FFM | Fundo Financiamento Municipal |
| FMC | Fundo Municipal Comum |
| FP | Função Pública |
| FS | Função Social |
| FSM | Fundo de Solidariedade Municipal |
| IFAC | International Federation of Accountants |
| IGF | Inspecção Geral das Finanças |
| IUR | Imposto Único Sobre os Rendimentos |
| MF | Ministério das Finanças |
| ONG | Organização não-governamental |
| POCP | Plano Oficial da Contabilidade Pública |
| TC | Tribunal de Contas |
| SIM | Sistema de Informação Municipal |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Grau de execução orçamental das receitas | 65 |
| Gráfico 2 – Grau de execução orçamental das despesas | 65 |
| Gráfico 3 – Evolução das receitas | 67 |
| Gráfico 4 – Evolução das despesas..... | 69 |
| Gráfico 5 – Endividamento municipal..... | 70 |
| Gráfico 6 – Peso da dívida de terceiros | 73 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Classificação económica das receitas | 16 |
| Quadro 2 – Classificação económica das despesas | 18 |
| Quadro 3 – Pessoal efectivo da CMPN | 54 |
| Quadro 4 – Equilíbrio orçamental | 63 |
| Quadro 5 – Análise da taxa de execução do orçamento | 64 |
| Quadro 6 – Evolução das receitas cobradas | 66 |
| Quadro 7 – Evolução das despesas..... | 68 |
| Quadro 8 – Endividamento municipal..... | 70 |
| Quadro 9 – Limite Legal do endividamento de curto prazo..... | 71 |
| Quadro 10 – Empréstimo de médio e longo prazo | 71 |
| Quadro 11 – Limite do endividamento de médio e longo prazo | 72 |
| Quadro 12 – Dividas de terceiros | 73 |
| Quadro 13 – Síntese do balanço do SAAS-PN..... | 77 |
| Quadro 14 – Quadro síntese da posição financeira | 81 |
| Quadro 15 – Aprovação das contas de gerência pelo Tribunal de Contas | 83 |
| Quadro 16 – Apuramento do saldo Contabilístico | 86 |

INTRODUÇÃO

Nesta parte introdutória focalizamos nos aspectos iniciais para a preparação do Estudo, estando dividido nos seguintes tópicos: contextualização, problematização, objectivos, justificação e delimitação da pesquisa e metodologia.

Contextualização

Quanto maior for o poder de uma Administração, maior se torna a necessidade de controlo e, seguindo essa linha de raciocínio de que o poder deve ser fiscalizado, o estado viu-se obrigado a criar mecanismos de controlo interno na gestão pública municipal.

Em Cabo verde (CV), nestes últimos tempos, tem surgido vários casos de desvios de fundos nos serviços públicos, indiciando assim a fragilidade dos sistemas de controlo interno existentes, quando existam. Neste contexto e tratando-se de dinheiro público o controlo tornou-se cada vez mais uma necessidade imperiosa. Além do mais, a sociedade tem o direito de saber onde o recurso posto a disposição dos serviços públicos está sendo aplicado, se os responsáveis estão afectando esses recursos correctamente e se estão obtendo os resultados e o retorno da sua aplicação em benefício da população.

E para que haja um melhor controlo, o Estado vem implementando mecanismos de controlo interno na Administração Pública (AP), e fundamentalmente nos municípios, com a criação de leis e regulamentos que servem como auxílio na gestão e ajudam na prevenção de irregularidades, trazendo assim transparência na Administração.

O gestor público, no decorrer da sua Administração, tem por obrigatoriedade prestar contas dos dinheiros postos a sua disposição e jamais ocultar, fraudar ou manipular informações, as quais devem ter o máximo de transparência possível para que qualquer cidadão possa entender os dados demonstrados.

A semelhança dos órgãos fiscalizadores, que aprovam ou desaprovam a aplicação dos recursos através da fiscalização (Ministério das Finanças) e da regulamentação (Tribunal de contas) a sociedade em si também afigura-se como uma entidade de fiscalização.

Problematização

Segundo Gil (apud BIATT, 2001), “Toda a pesquisa se inicia com algum tipo de problema ou indagação. Todavia, a conceituação do problema de pesquisa não constitui tarefa fácil, em virtude das diferentes acepções que envolvem este termo”.

Para Fortin (1990), “qualquer investigação tem por ponto de partida uma situação considerada como problemática, isto é, que causa um mal-estar, uma irritação, uma inquietação, e que, por consequência, exige uma explicação ou pelo menos uma melhor compreensão do fenómeno observado”. Adebo (apud FORTIN, 1990), define um problema de investigação como sendo “*uma situação que necessita de uma solução, de um melhoramento ou de uma modificação.*”

A corrupção bem como desvios de fundos em diversas instituições públicas e privadas, tem sido notícia de destaque em diversos órgãos de comunicação nacional, o que demonstra a inexistência ou ineficácia dos sistemas de controlo interno nestas Instituições. A

Auditoria Externa (AE) que na Administração Pública Cabo-verdiana é assegurada pelo Ministério das Finanças (MF) na qualidade de órgão fiscalizador, e pelo Tribunal de Contas (TC) como órgão de aprovação das contas, tem focalizado as suas atenções na fiscalização dos gestores públicos sobre a aplicabilidade dos recursos públicos, e analisando minuciosamente as prestações de contas referentes aos recursos gastos para melhoria da sociedade e do Município e não tem conseguido impedir que surjam actos de desvios de fundos em muitas instituições públicas. Para uma melhor apresentação das contas da Administração Central e Municipal, o Tribunal de Contas através da resolução nº 6/2011, aprovou um conjunto de documentos pelo qual as contas devem ser organizadas e apresentadas.

Mas hoje, a gestão das Câmaras Municipais (CM) tornou-se mais exigente, obrigando os gestores a ter maior responsabilidade, não só pelo compromisso que têm perante os munícipes mas também pela especificidade dos financiadores, onde recebem recursos do Estado, ONG's, e diversas Instituições destinados a realização de obras e outras actividades.

A questão que se coloca é se a os sistemas de contabilidade e de controlo interno existentes têm sido aplicados no município do Porto Novo e em que medida têm contribuído de forma eficaz para assegurar aos diversos stakeholders que os recursos disponíveis têm sido bem empregues.

Objectivos

Os objectivos estão divididos em geral e específicos

Objectivo geral

O objectivo Geral deste trabalho académico é verificar se a Autarquia Portonovense está dotada dos instrumentos de contabilidade e de controlo interno existentes e analisar a conformidade dos procedimentos e contas com a legislação vigente.

Objectivos específicos

- Caracterizar a administração pública cabo-verdiana.
- Conceituar o sistema de controlo interno e demonstrar a sua importância na gestão municipal.
- Descrever o processo e o procedimento do controlo interno geral e nos Municípios.
- Verificar a importância da Contabilidade autárquica como instrumentos de gestão autárquica.
- Analisar as contas de gerência e os pareceres do Tribunal de Contas na qualidade de órgão fiscalizador.

Justificação e Delimitação da Pesquisa

A escolha do tema advém do interesse em aplicar os conhecimentos de nível Académico e aprofundar os conhecimentos pelo controlo interno na Administração Local (AL), tendo em conta a quantidade de recursos posto a disposição dos Municípios, tanto da parte do

Estado como de diversas instituições e a sua aplicabilidade de forma clara, transparente, condizente com a realidade executada.

Tendo em conta que os Municípios gerem avultados valores monetários e tratando-se de dinheiros públicos, a sociedade tem o direito de saber onde e como estão sendo aplicados os recursos. Assim como os órgãos fiscalizadores, a sociedade também é um actor na fiscalização, pois a mesma deve por direito acompanhar de perto o destino que aos recursos são dados, evitando assim que os gestores ajam de ma fé, desviando interesses para o seu próprio benefício.

Assim, no decorrer do trabalho serão trazidas informações, dados e resultados aos portonovenses e a todos os interessados pelo assunto aqui tratado, visando esclarecer se as contas do município têm um controlo interno eficaz, e se os recursos recebidos estão sendo aplicados em benefício do município e da população por ela habitada.

A presente pesquisa limita-se em apresentar a importância da contabilidade autárquica na gestão municipal, a sua contribuição no sistema de controlo interno, a existência ou não de um sistema de controlo interno e a sua aplicabilidade no controlo do património municipal.

Metodologia

A partir da formulação dos objectivos deste trabalho, que consiste em analisar a Contabilidade das Autarquias Locais e o Sistema de Controlo Interno, “Estudo de Caso da Câmara Municipal do Porto Novo” é necessário fundamentar e expressar algumas considerações relacionadas com a pesquisa e a forma como esta será organizada.

O Estudo busca descrever um problema e analisar a interacção de um conjunto de variáveis, empregando a quantificação na colecta e no tratamento de um conjunto de informações. Trata-se portanto, de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Este trabalho busca um conhecimento aprofundado sobre a contabilidade das autarquias locais e o sistema de controlo interno, descrevendo as características do tema, expondo considerações sobre sua composição e evolução.

Estabelecido o marco teórico, torna-se necessário estabelecer a maneira como a pesquisa é operacionalizada, expondo seu delineamento. Assim sendo, durante esta pesquisa serão

utilizadas as chamadas fontes de papel para a colecta de dados. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Baranão (2008), “a investigação bibliográfica está fortemente determinada pelos conhecimentos prévios que se tenha sobre a problemática em análise, bem como pela exactidão na definição desta”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica é feita com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Will (2009), afirma que grande parte dos estudos necessita de algum trabalho relacionado a este tipo de pesquisa, que exige do pesquisador uma análise muito cuidadosa do material seleccionado, buscando utilizar fontes diversas, afim de não comprometer a qualidade da pesquisa.

A pesquisa documental é parecida com a bibliográfica. Segundo Blatt (2002), “a diferença está na natureza das fontes. [...] A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não tiveram um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os projectos de pesquisa”. As fontes da pesquisa documental são mais diversificadas, compreendendo desde diários, regulamentos, ofícios, até relatórios de pesquisa ou de empresas, sendo que estes últimos são documentos que já receberam algum tipo de análise.

Relacionado com o tema em estudo recorreremos a fontes bibliográficas para aprofundar os conhecimentos sobre o mesmo e a fontes documentais contabilísticos da CMPN, nomeadamente as contas de gerência dos anos 2008 á 2011, objectos de análise neste trabalho, Relatório da auditoria realizada pela Inspeção-geral de finanças, (IGF) do período de 2007 a Outubro de 2012, Acórdão do Tribunal (AT) de Contas sobre o julgamento das Contas de Gerência (CG) dos anos de 2004 e 2005, julgados em Abril de 2012, e ainda entrevistas formais personalizadas com antigos funcionários com cargos importantes na gestão anterior e na gestão actual.

O desenvolvimento deste trabalho foi organizado em etapas, conforme os procedimentos metodológicos descritos neste tópico. Inicia-se com uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, que é mantida até o final deste trabalho, pela sua indispensabilidade desde a construção de objectivos até a elaboração de considerações finais.

Após a consolidação do referencial teórico, colectamos os dados por intermédio da pesquisa documental, fornecidos pela CMPN, onde receberam tratamento, sintetizado em quadros e gráficos, sendo transformados em informações úteis para a produção das considerações e exposições acerca da contabilidade autárquica e dos sistemas de controlo interno. Esses quadros e gráficos elaborados a partir dos dados fornecidos, permitem produzir considerações sobre pontos importantes, cujo objectivo é melhorar a compreensão dos usuários sobre a Contabilidade das Autarquias Locais (CAL), os sistemas de controlo interno e aplicação de recursos públicos. O estudo, como já referimos, será de carácter qualitativo, baseado na análise de textos existentes quer de natureza jurídica quer resultante de estudos produzidos no município.

1. - ABORDAGEM TEORICA E CONCEPTUAL.

Tendo em conta o tema da nossa investigação (A Contabilidade das Autarquias Locais e o Sistema de Controlo Interno), é pertinente centrar este capítulo no estudo da Administração pública e contabilidade pública, sendo a base da contabilidade autárquica, tendo enfoque sobre os seus conceitos e objectivos. Ainda este capítulo procura reflectir sobre a função e classificação da Contabilidade Pública.

1.1 - Administração pública

Meirelles (2001), apresenta três conceitos da Administração Pública direccionados em três sentidos, sendo a primeira forma em que o define como sendo um conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objectivos do Governo; em sentido material em que considera como sendo um conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumidos em benefício da colectividade. De uma forma global ele define-o como sendo “*todo o aparelho do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades colectivas*”.

1.2 - Evolução histórica

A partir da Segunda Guerra Mundial, o estado começa a desenvolver o que hoje é denominada de Função Social (FS). Nesta altura, passam a ser oferecidos outros serviços que não somente os referentes à defesa do cidadão, protecção às propriedades privadas de invasões externas e à aplicação da justiça interna, como também os serviços de saúde, educação e transporte, entre outros.

“Mas esse aumento significativo dos serviços públicos, fez com que fosse necessário a contratação de mais servidores públicos e por consequência, a criação e ampliação de espaços públicos que seriam utilizados na prestação destes serviços”, Meirelles (2001). De acordo com a perspectiva histórica, podemos afirmar que a administração pública evolui seguindo três modelos básicos dos quais destacamos:

- **Patrimonialista** – Neste modelo de gestão o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder soberano e os seus auxiliares e servidores possuem status de nobreza real. *“Neste caso a coisa pública se confunde com o património privado”*.
- **Burocrática** – Surgiu no Século XIX na época do liberalismo¹, como forma de combate a corrupção e o nepotismo², do modelo anterior.
- **Gerencial**- Surgiu para colmatar as deficiências do modelo burocrático, enfatizando a eficiência da administração, aumento da qualidade dos serviços e redução dos custos.

1.3 - Caracterização da administração pública Cabo-verdiana

Em Cabo Verde independente ainda não ocorreu uma reforma geral da Função Pública (FP) na qual nos últimos cinquenta anos da história Administrativa Cabo-verdiana, aconteceu em 1956, com aprovação do estatuto do funcionalismo e do diploma sobre a remodelação de vencimentos.

Tem-se feito, é verdade, desde 1975, reformas parciais que atingiram aspectos importantes, e até mesmo essenciais do sistema da função pública, dos quais destacamos: carreiras, disciplina, aposentação, remuneração, férias, faltas e licenças, duração de trabalho, estatuto do pessoal dirigente, relação jurídica do emprego público, etc.

O Regime do funcionalismo público que até 1956 constava da reforma Administrativa Ultramarina de 1933 (AU), encontra-se vazado em legislação diversa, v.g, o Estatuto do Funcionalismo Ultramarino (EFU), editado de 1956, a sua versão mais recente, à data da nossa Independência, datava de 1966, ainda que com varias alterações, sendo as últimas de Janeiro de 1975, estas com objectivo de integrar o funcionário colonial, que regressava à Metrópole em virtude da descolonização, no sistema de aposentação prevalecente na Administração Publica Portuguesa.

¹O Liberalismo é uma doutrina económica que, em suas formulações originais, postulava a limitação do poder estatal em benefício da liberdade individual. Não haverá liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do executivo. Se o poder executivo estiver unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria o legislador. E se estiver ligado ao executivo, o juiz teria a força de um opressor.

²O Nepotismo é um termo utilizado para designar o **favorecimento de parentes** ou amigos próximos em detrimento de pessoas mais qualificadas, geralmente no que diz respeito à **nomeação ou elevação de cargos**, e ocorre quando um funcionário é promovido por ter relações de parentesco ou vínculos com aquele que o promove, mesmo que haja pessoas mais qualificadas e mais merecedoras para o cargo.

Não se pode ignorar, contudo, o enorme esforço e firmeza que representou a elaboração do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, diploma que foi durante décadas, o estatuto mestre da Administração Pública Cabo-verdiana. Não se pode apreciar o referido Estatuto despegando-o do seu condicionalismo histórico-colonial, e nem julga-lo agora à luz diferente que irradiou com a Independência Nacional (IN). O que se pode é criticar as novas autoridades emergentes de ter deixado o documento permanecido estático, absolutamente insensível às mutações que se operavam em Cabo Verde.

Mas, os sucessivos governos de Cabo verde têm vindo a dar uma atenção especial a Administração pública Cabo-verdiana, de modo a melhorar os serviços prestados aos cidadãos, baseando sempre nos preceitos da nossa Constituição. O nº 1 do artigo 240º aponta alguns princípios fundamentais que regem a administração pública, tendo como ponto fulcral os legítimos interesses dos cidadãos, sem discordar da lei, da justiça, transparência e imparcialidade. Mas o nº 2 do mesmo artigo destaca a qualidade e eficiência do serviço prestado aos cidadãos, obedecendo aos princípios de subsidiariedade, da desconcentração³, da descentralização⁴, da racionalização, da avaliação e controlo e da participação dos interessados, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de acção da Administração e dos poderes de direcção.

1.4 - O Processo da descentralização em Cabo Verde

1.4.1 - Conceito

Etimologicamente, descentralizar significa tirar do centro para a periferia. Aplicado à organização estatal, traduz o processo através do qual atribuições administrativas do Estado, enquanto pessoa colectiva de âmbito nacional e com fins gerais, são distribuídas para pessoas colectivas distintas e de âmbito territorial ou institucional mais limitado. Veiga (2007), *“Hoje a unidade da administração pública é, pois, uma ficção, substituída pelo princípio do pluralismo administrativo ou da pluralidade de administrações públicas; e a sua imagem tradicional de uma pirâmide cedeu o lugar à do planeta com vários*

³ É um processo de desconcentração dos serviços públicos para acabar com a burocratização na Administração Pública.

⁴ Descentralização em Cabo Verde consolidou-se com a institucionalização das Autarquias Locais, realização de eleições livres, justas e democráticas e, posteriormente, a aprovação de um pacote legislativo, Incorporando a transferência para os Municípios de um conjunto de atribuições e competências, recursos humanos, financeiros e materiais. (RAMOS: P.4-2002).

satélites ou à da galáxia administrativa”. Considera a descentralização, um critério de repartição de competências e a atribuições da comunidade nacional organizada entre o Estado e entes distintos.

1.4.2 - Quadro constitucional

Por conseguinte, pode-se dizer que depois da independência não se deu a devida importância ao poder local e à sua capacidade de representar democraticamente os interesses particulares de determinadas populações. Ao invés, estendeu-se a acção do Governo junto às localidades por meio de representantes do poder central por estes nomeados. Notou-se, não obstante, alguma evolução e sensibilização a respeito da necessidade de se fortalecer o poder local ainda em meados dos anos oitenta. Constitucionalmente, porém, somente com o advento da Constituição de 1992⁵ é que se concebeu um poder local forte e autónomo, com património e finanças próprias, legitimidade democrática e poder regulamentar.

O poder local é representado na Constituição quando esta estipula que “a organização do Estado compreende a existência de autarquias locais que são pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos próprios, que prosseguem interesses próprios das populações de um determinado território”. A categoria de autarquia local por excelência é o município, não obstante prever igualmente a Constituição que a Lei poderia estabelecer outras categorias autárquicas de grau superior ou inferior ao município. Ao Estado caberia garantir, por meio da lei e/ou de políticas públicas, os recursos financeiros e humanos para o funcionamento da autarquia, sendo respeitada a sua autonomia. A divisão vertical de poderes administrativos entre o poder central e o poder local gizado pela Constituição de 1992 representou um inédito avanço em relação à prática da República, porém, não permitem deduzir tendências excessivamente autonomistas entre um e o outro.

A obrigação de continuar a descentralizar decorre, sem dúvida, da própria Constituição como também decorre o princípio da desconcentração dos serviços públicos, de tal sorte que todo o território nacional, que é em simultâneo território das autarquias locais, máxime dos municípios, seja coberto pelos serviços do Estado, nomeadamente aqueles que são de

⁵Foi a primeira Constituição da 2ª República que culminou com a queda do artigo 4º da Constituição da Primeira República.

competência da administração central. Assim sendo, não se pode, de modo algum, entender de forma antagónica os princípios constitucionais da desconcentração e da descentralização.

A Constituição da República de Cabo Verde, aprovada em Setembro de 1992 (actualizado em Novembro 2012) nos termos do nº2 do art.2º reconhece e respeita, na organização do poder político, a natureza unitária do Estado, [...]“a existência e a autonomia do poder local e descentralização democrática da Administração Pública”. Ademais, a Constituição consagra os aspectos do Poder Local no seu Título VI (artigos 230º a 239º).

1.4.3 - Quadro legal

O Quadro Legal fixa minimamente uma divisão de poderes entre o Poder Central e o Local, nomeadamente entre o Governo e os municípios. As atribuições destes estão consequentemente dispostas no Estatuto dos Municípios de 1995, bem como regulamentadas as hipóteses de exercício de tutela pelo Governo; outras leis estabelecem e regulam outras questões importantes em matéria de descentralização, como a das finanças locais. O ordenamento jurídico, no entanto, é ainda lacunoso na medida em que ainda não existe um quadro legal concreto que cumprindo a constituição e sendo entendida a descentralização como um processo, vincule o Governo a princípios e regras claras, que contemplem uma agenda, cronogramas e critérios para concretizar o processo de descentralização administrativa.

A evolução do processo de descentralização em Cabo Verde, na última década, foi marcada pela criação e consolidação progressiva de autarquias municipais, com efectiva autonomia, ainda que limitada e em muitos aspectos essencialmente formal face ao Poder Central e que têm sido largamente utilizadas e com visível impacto estrutural na vida dos cidadãos e na organização e funcionamento das cidades e dos concelhos por todo o país.

O quadro jurídico-legal em matéria de descentralização, iniciado na I República⁶, vem sendo objecto de ampla revisão e adaptação no sentido da sua sintonia com o quadro geral democrático em curso de implementação no País. Com a aprovação, em 2010, da Lei

⁶ Período que antecede as primeiras eleições livres em Cabo Verde e que deu-se início ao processo da descentralização.

n.º69/VII/2010, estabeleceu-se o quadro da descentralização administrativa, bem como o regime de parcerias público-privadas de âmbito regional, municipal ou local.

Esse diploma trouxe clarificações a nível de conceitos relativamente a descentralização administrativa. Instituiu o regime jurídico, as categorias (Municípios, como categoria básica, Freguesias, como categoria de grau infra-municipal e Regiões Administrativas, de grau supra-municipal) bem como os critérios e as condições para a criação, alteração e extinção das autarquias locais.

O dever de promover a descentralização para as autarquias locais, de atribuições e competências, sempre que se mostrar necessário melhorar a eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos cabe, de acordo com a Lei-quadro da Descentralização, Lei n.º 69/VII/2010, de 16 de Agosto, artigo 4º, à administração central. Com o mesmo objectivo - melhorar a eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos - as autarquias de grau superior devem igualmente descentralizar atribuições e competências que lhes são próprias para as autarquias de grau inferior e para as organizações da sociedade civil.

1.5 - Contabilidade pública

1.5.1 - Conceito

Segundo Caído (2002), no sentido jurídico a (CP) é um conjunto de regras aplicáveis à aprovação, execução e controlo dos orçamentos públicos, determinando as responsabilidades dos Agentes públicos. Segundo estes autores, do ponto de vista técnico é constituída pelo conjunto de regras que regulam a elaboração das contas públicas, logo esses dois conceitos abarca tanto o registo das operações referentes às receitas e despesas públicas como a prestação de contas dessas operações. Para eles a CP surge como elemento principal da concretização do “*princípio da responsabilidade orçamental*”, segundo o qual o Governo e a Administração pública respondem perante os cidadãos aquando da execução do orçamento.

Eles apontam o registo e a apresentação dos resultados da Administração/Gestão como sendo a função principal da contabilidade.

Segundo os mesmos autores, a CP classificam-se em dois ramos distintos:

1. **Contabilidade Orçamental** – que são os actos legislativos e executivo do orçamento.
2. **Contabilidade Financeiro-Patrimonial** - que se relaciona com a aplicação dos fundos, avaliação do Património, correspondendo a actos de distribuição económica e rendimento em trabalho.

Marques (apud CAIADO 2002), defende a Contabilidade pública em Portugal como sendo a “Contabilidade das organizações sem fins lucrativos que constituem o núcleo central da Administração Pública e considera ser um instrumento do controlo Económico- financeiro deste sector.” Ela defende também, segundo os mesmos autores, uma separação entre a Contabilidade das organizações que constituem o sector Público e a Contabilidade daquelas entidades que, por lei estão sujeitas a regime de Contabilidade Pública.

Blatt (2011), Faz uma comparação entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade para as empresas privadas. Tem o mesmo objectivo, acrescenta. *“É uma importante ferramenta para a Administração Pública, além das prestações exactas e corretas que podem auxiliar na tomada de decisões do gestor, acarretando assim em benefícios a sociedade”*.

Caiado (2002), aponta o levantamento feito pelo Conselho Internacional de Contabilistas – (International Federation of Accountants – IFAC) em 1998 sobre as práticas de relato financeiro no Sector Público internacional, onde foram identificados quatro bases independentes de Contabilidade Pública:

- **Contabilidade de Caixa** – As transacções e outros eventos são reconhecidos quando há dinheiro recebido ou pago. Os resultados do período são calculados através da diferença entre os pagamentos e recebimentos, cujo mapa base é a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Esta base tem sido a escolha preferencial dos Governos para a apresentação das suas contas ao longo dos tempos, tanto pela sua facilidade de elaboração como pelo facto da informação prestada responder à obrigatoriedade de um orçamento anual. (Ferreira, 2005).

Ferreira (2005), enfatiza ainda que “esta base fornece informação acerca das origens e aplicações de fundos, bem como o saldo de caixa à data do reporte, e que os activos são apenas considerados pelo efeito da sua aquisição ou alienação e aconselha a sua inventariação em nota anexa”. Apesar dos elementos acima citados serem partes importantes desta base, aponta alguns elementos que não são reconhecidos e que a seu ver são elementos essenciais em qualquer sistema contabilístico:

- Ganhos ou perdas potenciais;
- Compras a crédito de bens e serviços, ou activos de médio e longo prazo, ou obtidos por troca;
- Consumo de bens e serviços pagos em período anteriores
- Responsabilidades.

➤ **Contabilidade de Caixa modificada** – Os livros de escrituração mantém-se aberta por um período de um mês depois do fim do ano e reconhecidos como pertencentes ao período de divulgação.

Durante o período complementar, os recebimentos e pagamentos, com origem no exercício serão considerados como reportados a esse exercício;

Se verifica, nesta base, a introdução do conceito de Receita e de despesa, definidos como os momentos em que se gera o direito de receber e a obrigação de pagar, respectivamente;

Esta base apresenta uma vantagem primordial sobre a anterior devido ao facto de possibilitar alguma informação adicional acerca de recursos e responsabilidades de facturas de muito curto prazo. (Ferreira, 2005).

➤ **Contabilidade de Acréscimo Modificado** – apenas é reconhecida os activos Financeiros, Obrigações, os custos e proveitos.

Segundo Ferreira (2005), nesta base verifica-se o conceito de custo e proveito, pelo que as transacções e outros acontecimentos são reconhecidos independentemente da obrigação do seu pagamento ou recebimento. “*Esta base permite aos Governos avaliar a sua capacidade financeira no sentido de respeitar as suas responsabilidades e compromissos futuros*”.

- **Contabilidade de Acréscimo** – As transacções e eventos são reconhecidos na medida em que ocorrem os registos no correspondente período.

1.5.2 - Orçamento público

Orçamento público segundo Sousa Franco e citado por Caído, (2002), é uma “previsão em regra anual, das despesas a realizar pelo Estado e dos Processos de as cobrir, incorporando a autorização concedida à Administração Financeira para cobrar receitas e realizar despesas e limitando os poderes financeiros da Administração em cada ano”.

1.5.3 - Princípio orçamental

Caído (2002) aponta 7 (sete) princípios a que se deve ter em conta na movimentação das contas segundo o Plano Oficial da Contabilidade Pública (POCP):

- Anualidade – O orçamento é anual
- Unidade e Universalidade – compreendem todas as receitas e despesas da Administração Central, Serviços e Fundos Autónomos e Segurança Social,
- Equilíbrio – recursos necessários para cobrir todas as despesas
- Orçamento Bruto – receitas e despesas pelo valor global,
- Não consignação – ou não afectação, excepto em situações previstas na lei;
- Especificação – transparência das despesas e receitas, sem utilização abusivas de “Diversos”;
- Classificação das receitas e despesas.

1.5.4 - Receitas públicas

As receitas públicas são os recursos mediante os quais os organismos públicos podem cobrir as suas necessidades, isto é, financiar as suas despesas públicas, Caído (2002).

Mas para o Professor Sousa Franco existem três tipos de receitas:

- **Receitas patrimoniais:** rendimentos de propriedade, venda de bens duradouros, prestações de serviços, venda de bens não duradouros, venda de bens de investimento e activos financeiros;
- **Receitas tributárias:** impostos directos, impostos indirectos e as taxas
- **Receitas creditícias:** resultantes da contracção de empréstimos.

Mas para além destes apontados por Sousa Franco, Caído (2002), refere-se a outros tipos de receitas dentro do orçamento do Estado:

- As transferências correntes
- Transferências de Capital
- Contas de Ordem

As receitas inserem-se no orçamento de acordo com uma classificação económica:

Quadro 1 - Classificação económica das receitas

| Código | Receitas/Agrupamento | Tipo |
|---------------|-------------------------------------|-------------|
| 01 00 00 | Impostos | Correntes |
| 02 00 00 | Impostos indirectos | Correntes |
| 03 00 00 | Taxas, multas e outras penalidades | Correntes |
| 04 00 00 | Rendimentos da Propriedade | Correntes |
| 05 00 00 | Trasnferecias | Correntes |
| 06 00 00 | Vendas de bens e serviços correntes | Correntes |
| 07 00 00 | Outras receitas correntes | Correntes |
| 08 00 00 | Vendas de bens de investimentos | Capital |
| 09 00 00 | Transferencias | Capital |
| 10 00 00 | Activos financeiros | Capital |
| 11 00 00 | Passivos Financeiros | Capital |
| 12 00 00 | Outras receitas de Capital | Capital |
| 13 00 00 | Recursos propios da Comunidade | Capital |

Fonte: Adaptado do Livro Manual do Plano oficial de Contabilidade Publica

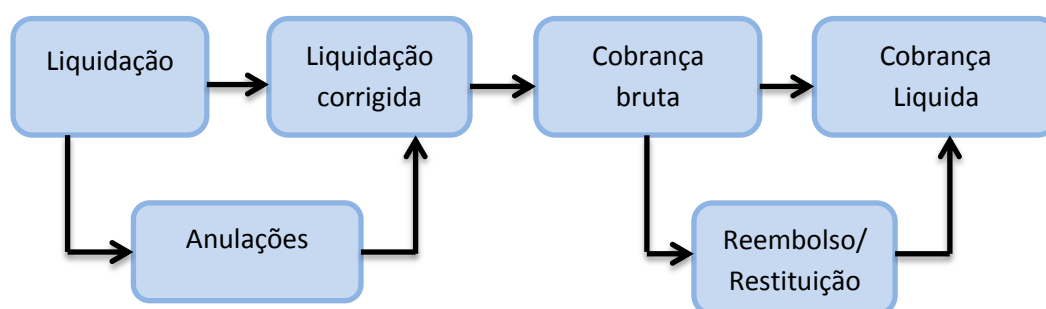
Apesar das receitas apontadas no quadro acima é possível encontrar dois capítulos residuais segundo o mesmo autor.

A execução do orçamento das receitas consiste em duas operações fundamentais:

1. **Liquidação:** determinação do montante concreto que o Estado tem a receber de outrem – contribuinte, utente, cliente – que esteja em situação de dever pagar uma receita ao Estado;
2. **Arrecadação ou cobrança:** entrada efectiva nos cofres do Estado.

Apresentação esquemática das fases da receita acima descrita:

Figura 1 - Fases das receitas



Fonte: Extraído do Livro “Manual do Plano Oficial de Contabilidade Publica”

Segundo Caído (2002), existem diferenças nas diferentes áreas de controlo entre o ciclo da despesa e o ciclo da receita. Para ele, na arrecadação de receita fiscal por parte do Estado pode acontecer que este não tenha direito a essa cobrança. E neste caso há que processar uma restituição. **A restituição**, se efectuada no mesmo ano, abate à receita (prescreve ao fim de 5 anos). No caso de valores, serviços e venda de bens, pode haver reembolsos, também tratados como abates à receita e que são comumente tratado em linguagem corrente por **descontos/devoluções**.

1.5.5 - Despesas públicas

“São dispêndios de meios monetários realizados por entidades públicas, sempre em nome do Estado e subordinados ao regime financeiro, no exercício de uma necessidade pública e estão sujeitos a comprovação da sua legitimidade tanto em termos jurídicos, como em termos políticos e económicos”, Caído (2002). Ele aponta várias formas de classificar a despesa: classificações teóricas, legais e orçamentais e dá maior ênfase a classificação orçamental indicando as suas principais divisões:

- ✓ Orgânica: visa organizar o Estado e fazer a cisão de cada um dos orçamentos dos serviços;
- ✓ Orçamento de funcionamento: desde o Ministério até as actividades
- ✓ Orçamento – Investimento do Plano: desde o Ministério ao projecto;
- ✓ Orçamento de despesas consignadas
- ✓ Despesas Excepcionais;
- ✓ Contas de Ordem
- ✓ Funcional: que tem por objectivo especificar os fins e actividades típicas do Estado e orienta em termos da identificação das prioridades do Estado na satisfação das necessidades colectivas;
- ✓ Económica: permite a criação de um Sistema Nacional de contas e o agrupamento destas de forma a produzir indicadores de gestão, analisar gastos, tratar dados informaticamente, etc.

O classificador orçamental económico da despesa, por agrupamento, está apresentado no quadro que se segue:

Quadro 2 - Classificação económica das despesas

| Código | Despesas/Agrupamento | Tipo |
|---------------|--|-------------|
| 01 00 00 | Despesas com o pessoal | Correntes |
| 02 00 00 | Aquisição de bens e serviços correntes | Correntes |
| 03 00 00 | Encargos correntes da dívida | Correntes |
| 04 00 00 | Transferências correntes | Correntes |
| 05 00 00 | Subsídios | Correntes |
| 06 00 00 | Outras despesas correntes | Correntes |
| 07 00 00 | Aquisição de bens de Capital | Capital |
| 08 00 00 | Transferências de Capital | Capital |
| 09 00 00 | Activos Financeiros | Capital |
| 10 00 00 | Passivos Financeiros | Capital |
| 11 00 00 | Outras despesas de Capital | Capital |

Fonte: Adaptado do Livro Manual do Plano oficial de Contabilidade Pública

O segundo conjunto de dígitos corresponde ao sub-agrupamento e o terceiro conjunto de dígitos forma a rubrica.

“A realização da despesa em termos formais difere, quer se trate de serviços simples quer se trate de serviços, com autonomia ou ainda com autonomia administrativo-financeira”. Caído (2002).

Apesar de apontar as diferenças atrás mencionadas, refere ainda que existe no entanto, uma diferença entre aquilo que é as fases da despesa e os formalismos a ela inerentes. “*Estes últimos é que dependem do tipo de serviço*”. Caído (2002).

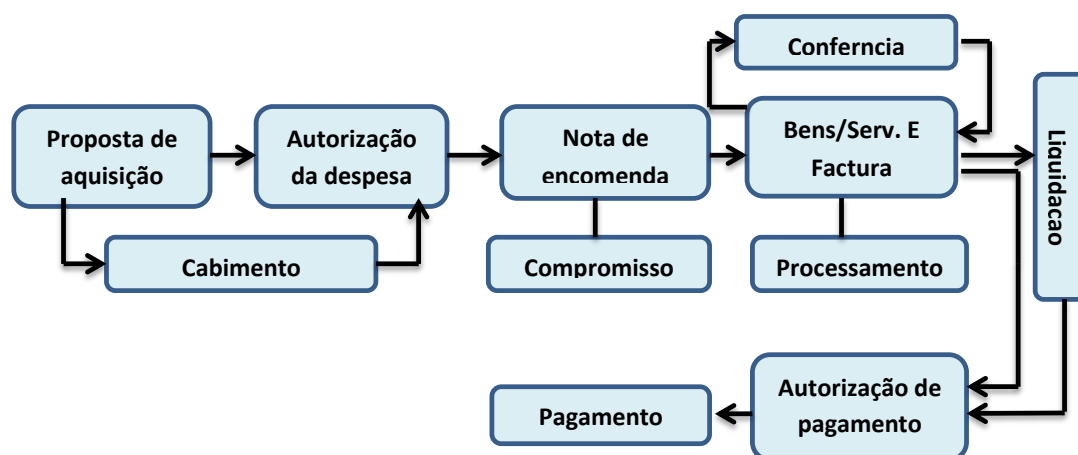
Para ele as despesas respeitam as seguintes fases:

- Elaboração de **proposta de aquisição** de determinado bem com um valor estimado, provavelmente com a sua origem numa base de dados de fornecedores ou por um contacto preliminar de levantamento de preços.
- Antes da autorização, segue-se o **cabimento** pelo valor estimado (ou muito aproximado do valor certo) que tem, geralmente como documento base uma carta ou ofício, por classificação económica e depende do saldo orçamental da rubrica. No cabimento é verificado se a despesa se encontrava prevista e no montante necessário;
- Autorização da proposta;
- Compromisso que consiste no contacto com o fornecedor a quem se transmite ou envia a requisição externa” ou a nota de encomenda, cuja formalização é feita através de contracto ou adjudicação. Mas com a requisição surge assim uma nova fase do ciclo da despesa, que é o **compromisso**, que persistirá até ao pagamento.
- **Confirmação** acontece por ocasião da recepção dos bens/serviços e da factura, em que os valores dos bens deixa de ser estimado e é apurado o valor da obrigação patrimonial (dívida a pagar), e a dívida permanece a título provisório registada nas contas, enquanto não houver confirmação do departamento que a requisitou.
- **Processamento**, que consiste no registo definitivo da factura
- **Liquidação da despesa**: que na Contabilidade unigráfica corresponde ao acto de apuramento do montante exacto da obrigação nesse momento e corresponde a colocação de um conjunto de obrigações, por classificação económica num documento base muitas vezes designado “autorização de pagamento”.

- **Autorização de pagamento:** É a fase final do processo, com emissão de meios monetários.
- **Pagamento:** corresponde ao dispêndio de meios monetários

Apresentação esquemática das fases da despesa acima descritas.

Figura 2 - Fases das Despesas



Fonte: Extraído do Livro Manual do Plano o Plano Oficial de Contabilidade Publica

Como se pode verificar nos pontos anteriores encontramos uma grande variedade de formalismo na execução de despesas.

2 - CONTABILIDADE PÚBLICA EM CABO VERDE

2.1 - Sistema de Normalização Contabilístico de Cabo Verde

A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com impactos significativos na economia, como atestam a graduação a país de rendimento médio, a parceria especial com a União Europeia (UP) e a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A reestruturação do normativo contabilístico em Cabo Verde foi uma decisão do Ministério das Finanças, que veio na sequência da evolução que vem acontecendo no mundo ao nível da contabilidade e do relato financeiro. O despacho 09/2007, de 16 de Agosto de 2007, veio dar forma a esta decisão, com a nomeação da Comissão de Normalização Contabilística que tinha como missão estruturar e apresentar um novo modelo de Contabilidade e de relato financeiro cuja proposta originou o SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística e de relato Financeiro que foi oficializado por via do Decreto - Lei 5/2008 de 4 de Fevereiro de 2008, decretos normativos e portaria de 29 de Dezembro de 2008, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2009.

O Sistema veio harmonizar as normas de contabilidade de Cabo Verde com as normas Internacionais o que constitui um factor importante de competitividade e internacionalização da economia Cabo-verdiana. A par desta iniciativa foi também criada a Comissão Nacional de Normalização Contabilística, através do Decreto-Lei 43/2008 de 1 de Dezembro de 2008, apetrechando Cabo Verde de um instrumento moderno de normalização contabilística e com um órgão que o manterá actualizado e resolverá os problemas que normalmente surgem num sistema novo como o SNCRF. O sistema não é suficiente para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, e para melhor compreender, enquadrar e respeitar a uniformização do SNCRF foi criada a “Estrutura Conceptual”.

2.1.1 - Estrutura conceptual

Esta estrutura destina-se a enunciar as grandes linhas orientadoras do sistema de normalização contabilística e de relato financeira (SNCRF) em geral e das normas de relato financeiro (NRF) em particular, baseada numa aceitação generalizada e da necessidade de uma normalização contabilística Global. A partir destes instrumentos Cabo Verde passa a ter uma linha orientadora que possibilita que o relato financeiro (NRF) esteja preparado para ser aceite pela maioria dos outros países e das praças financeiras internacionais.

2.1.2 - Necessidade da informação financeira

De acordo com o parágrafo 1 da Estrutura Conceptual as demonstrações financeiras são “indispensáveis na tomada de decisões económicas” pelo que devem responder as necessidades comuns da maior parte dos utentes.

Para elencar os utentes desta informação, a “Estrutura Conceptual” baseia-se na necessidade de informação para poderem tomar decisões económicas.

Assim, os utilizadores desta informação são utentes que num qualquer momento da sua actividade, necessitem de:

- a) Decidir quando comprar, deter ou vender um instrumento financeiro;
- b) Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão;
- c) Avaliar a capacidade de a entidade pagar os seus credores
- d) Avaliar a capacidade de a entidade proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- e) Avaliar a segurança das quantias emprestadas a entidade;
- f) Determinar os resultados e em função destes os eventuais dividendos distribuíveis;
- g) Avaliar a capacidade de a entidade continuar a sua actividade no futuro previsível;
- h) Determinar as políticas fiscais;
- i) Regular as actividades das entidades;

Sendo as informações financeiras o veículo informativo, é importante que os utilizadores conheçam a forma como são preparadas, produzidas e apresentadas. Tendo em conta que as demonstrações financeiras são, na maior parte das vezes preparadas de acordo com um modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal, afasta-se a hipótese de utilização de outros modelos.

A comunicação entre preparadores da informação e utilizadores desta informação exige a definição de conceitos subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Atenta a este facto, a Estrutura Conceptual nos seus parágrafos 2 e 3 refere que o seu propósito é:

- a) Ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das normas de relato financeiro (NRF);
- b) Ajudar no tratamento de tópicos que não estejam ainda contemplados em nenhuma norma;
- c) Ajudar a formar opinião sobre a aderência das demonstrações financeiras;
- d) Ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas demonstrações financeiras preparadas;

Não sendo esta Estrutura Conceptual uma NRF, como refere no parágrafo 3, trata no ponto 4 o seguinte:

- a) Do objectivo das demonstrações financeiras
- b) Das características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras;
- c) Da definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras; e
- d) Dos conceitos de capital e de manutenção de capital.

Estando definido o âmbito da Estrutura Conceptual podemos dizer que os pilares referidos constituem a definição da matriz de conceitos exigidos pelos utilizadores da informação.

No que tange as Demonstrações financeiras, a Estrutura Conceptual faz referência as que forem preparadas para finalidades gerais, referentes a informação individual ou consolidada, devendo estas ser preparadas anualmente dirigindo-se as necessidades comuns de informação de um vasto leque de utentes.

Ainda o parágrafo 5 da Estrutura conceptual refere que o poder de congregar informação de todos estes utentes não seja igual, já que alguns têm o poder de obter informação para além da contida nas Demonstrações Financeiras, a maior parte deles depende destas como a sua principal fonte de informação, devendo por isso, serem apresentadas atendendo as suas necessidades. Assim, ficam excluídas desta Estrutura Conceptual, os relatórios financeiros de finalidades especiais, podendo vir a ser aplicada sempre que os requisitos de preparação destes relatórios o permitam. Esta Estrutura Conceptual aplica-se às Demonstrações Financeiras de todas as entidades comerciais, industriais e de negócios, independente do sector em que estejam inseridos (público ou privado) desde que relativamente a esta existam utentes que confiam nas suas demonstrações Financeiras como sua principal fonte de informação financeira da entidade.

A expressão Demonstrações Financeiras exige ser definida de forma mais efectiva. Assim, a Estrutura conceptual expressa no seu parágrafo 6, um conjunto de Demonstrações Financeiras, sem prejuízo da preparação de mapas suplementares que se espera que sejam lidos juntamente com as Demonstrações Financeiras que normalmente são os seguintes:

- ⇒ Balanço
- ⇒ Demonstração de Resultados
- ⇒ Demonstração de Fluxos de Caixa
- ⇒ Notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O parágrafo 7 da Estrutura Conceptual refere-se aos stakeholders⁷ das demonstrações Financeiras, que as utilizam a fim de satisfazerem algumas das suas diferentes

⁷O termo stakeholder designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses no desempenho de uma empresa, e cuja decisões e actuações podem afetar, direta ou indirectamente, essa mesma empresa. Inclui: funcionários, gestores, proprietários (accionistas ou sócios), fornecedores, clientes, credores, Estado, sindicatos e diversas outras pessoas ou entidades que se relacionam com a empresa, e nesta possuem interesse de diversa natureza. (FERNANDES, 2013)

necessidades de informação para a tomada de decisões, que são os seguintes: Investidores, empregados, mutuantes, Fornecedores, clientes, Governo e o Público.

2.1.3 - Objectivos das demonstrações financeiras

O objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões. (Paragrafo 9 da Estrutura conceptual).

O parágrafo 10 esclarece que apesar do objectivo referido, e das demonstrações financeiras terem sido preparadas com finalidade referida, é necessário ter presente que elas não proporcionam toda a informação de que os utentes possam necessitar para a tomada de decisão uma vez que em grande medida, retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não proporcionam necessariamente informação não financeira.

2.1.4 - Posição financeira, desempenho e alterações

O parágrafo 11 da Estrutura Conceptual aponta algumas decisões que deverão ser tomadas pelos utentes das demonstrações financeiras, que consistirá na avaliação da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da tempestividade e certeza da sua geração. A posição financeira de uma entidade é analisada através da componente das demonstrações financeiras designada por “Balanço” e que alguns autores também designam por “Balanço da Situação”.

A posição financeira de uma entidade, principalmente proporcionada pelo Balanço, é afectada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura financeira, pela sua liquidez e solvência, e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera.

O conhecimento da posição financeira é útil porque:

- Podemos, de entre outras análises, fazer a predição⁸ de:
 - Capacidade da entidade gerar, no futuro, caixa ou equivalentes de caixa em resultado da utilização dos seus recursos económicos;
 - Futuras necessidades de empréstimos e de como os lucros futuros e fluxos de caixa serão distribuídos;
 - Capacidade da entidade em conseguir fundos adicionais;
 - Capacidade da entidade de satisfazer os seus compromissos financeiros a medida que se vencerem⁹.

Como podemos verificar através do Balanço, podemos elaborar análises relacionados com os valores conseguidos para cada elemento patrimonial, já que nele se encontram as expressões financeiras dos factos acumulados até a data da elaboração das demonstrações financeiras.

O desempenho é avaliado principalmente pela demonstração dos resultados, devidamente complementado com as notas expressas no “Anexo ao Balanço e a Demonstração dos resultados”, na informação não quantitativa que também evidenciara as potenciais alterações nos recursos económicos que sejam prováveis que ela controle no futuro.

A informação sobre o desempenho de uma entidade económica é útil:

- Na predição da capacidade da entidade gerar fluxos de caixa, a partir dos recursos existentes, e
- Na formação de juízos de valores acerca da eficácia com que a entidade pode empregar recursos adicionais.

A informação respeitante às alterações na posição financeira de uma entidade é obtida através do fluxo de caixa e tem a seguinte utilidade:

- É útil a fim de avaliar as actividades de investimento, de financiamento e operacionais de uma entidade, durante o período de relato;

⁸Materializando o papel preditivo da informação financeira

⁹ Tendo em atenção a liquidez e a solvência da empresa. A primeira refere-se à capacidade da empresa em dar cumprimento às suas obrigações de curto prazo, enquanto a segunda faz esta análise centrada no longo prazo.

- Proporciona aos utentes uma base para determinar a capacidade de uma entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa.

O parágrafo 16, para além dos documentos contabilísticos referentes as demonstrações financeiras, também aponta notas e quadros suplementares e outras informações, nomeadamente divulgações acerca dos riscos e incertezas que afectam a entidade e quaisquer recursos e obrigações não reconhecidos no Balanço, segmentos geográficos e industriais

2.2 - Plano Nacional da Contabilidade Pública

Âmbito e objectivos

O Decreto-lei nº 29/2001 de 19 de Novembro, define a “Contabilidade Pública em Cabo Verde, como um conjunto de regras jurídicas e técnicas aplicáveis à descrição, execução e controlo das operações financeiras e dos fenómenos económicos dos organismos públicos”. O mesmo decreto caracteriza-o fundamentalmente pela existência de vários tipos de Contabilidade no Sector Público Administrativo, pelas variações nas classificações orçamentais dificultando a análise e a comparabilidade das despesas públicas, pela execução das despesas baseada apenas na óptica da legalidade formal e não nos critérios de economicidade, oportunidade, eficiência, eficácia e disponibilidades de tesouraria, pela existência de uma contabilidade unigráfica, manual e baseada unicamente na execução orçamental utilizando o regime de caixa.

Mas o mesmo DL, aponta as condições económicas e socioculturais e a expressão clara da vontade política consagrada no programa do Governo, para progressivamente dar início a uma transição progressiva de uma gestão fechada para uma gestão aberta, transparente, rigorosa, baseada na legalidade e orientada para o cidadão.

O Diploma propôs um Sector Público Administrativo moderno e uma Administração Financeira dotada de recursos actualizados e com uma visão clara apoiada na utilização de novas tecnologias com viabilidade e apresentam um conjunto muito importante de vantagens em relação a uma Administração Pública tradicional, assente numa

contabilidade concentrada, unigráfica e baseada exclusivamente numa execução orçamental regendo-se por movimentos sob o regime de caixa.

A criação de um sistema de Contabilidade Pública Moderna, inovadora, digráfica e informatizada, que prime pela transparência e que se preocupe com a produção das informações indispensáveis à gestão e ao controlo não só na óptica orçamental como também financeira, patrimonial e de contingências, torna-se uma necessidade imperativa de qualquer Estado que queira renovar o processo orçamental, modernizar a gestão pública numa procura incessante da economicidade, eficiência e eficácia e sobretudo do desenvolvimento sustentado.

Com o presente diploma visa-se a reforma da CP que assenta nos princípios básicos do rigor, transparência, boa gestão e disciplina financeira, eficácia do sistema financeiro, visão global da situação financeira do Sector Público Administrativo, modernização do Estado e da gestão pública, nomeadamente através da utilização das novas tecnologias de informação, maior desconcentração e responsabilização dos dirigentes da AP, melhor controlo e rigor na realização das despesas públicas, celeridade e segurança nos pagamentos, melhor gestão da tesouraria, da dívida pública, do património público e dos recursos humanos.

Decreto-Lei nº 29/2001, veio introduzir uma nova dinâmica na contabilidade pública Cabo-verdiana, com a introdução de reformas que assenta nos princípios básicos de rigor da coisa pública. Como é sabido, o estado é titular de um vasto património que está em constante mutação e com um grande dispersão espacial, de tal forma que, devido a inexistência de um registo digráfico, cronológico, integral e sistemático, desconhece o valor líquido aproximado desse património.

O Decreto acima citado faz referência a este facto, cujo sistema de registo contabilístico do Estado é constituído por componentes atomizados, independentes e desintegrados, baseado na unigrafia ou partidas simples, sem tradição de consolidação periódica dos patrimónios das entidades que compõem o Sector Publico Administrativo – SPA.

A Contabilidade, enquanto um dos instrumentos de boa gestão e protecção da integridade patrimoniais, é indispensável à qualquer organização económica, mormente ao Estado, para assegurar eficácia na prossecução dos objectivos de interesse público.

O Governo de Cabo Verde, para equacionar os problemas acima referidos, veio através do Decreto-Lei 10/2006 de 30 de Janeiro, aprovar o Plano Nacional da Contabilidade Publica (PNCP) e trazer para o estado a ciência contabilística aplicada nas empresas, com intuito de preservar e melhorar a prática do acompanhamento pelo Estado da execução orçamental.

Este diploma veio introduzir a obrigatoriedade do inventário físico e da circulação dos saldos para a generalidade dos residentes com contabilidade organizada e aumentar significativamente a fiabilidade dos dados contabilísticos produzidos não só pelo (SPA), mas também pelas empresas.

O Decreto-Lei 10/2006, de 30 de Janeiro aponta o PNCP como sendo um marco fundamental na reforma da Administração Financeira do Estado (AFE) e na organização das contas públicas. *“É um documento inovador nunca dantes adoptado em Cabo Verde”*, realça.

O documento faz uma retrospectiva do que era a contabilidade pública até recentemente, cujo objectivo da informação prestada, visava demonstrar que os diversos organismos públicos executaram correctamente o Orçamento aprovado pelas autoridades orçamentais.

O desenvolvimento das novas técnicas de gestão e com as actuais necessidades de acrescentar outros tipos de informação contabilística, de modernizar a gestão dos recursos públicos e de acompanhar as novas correntes da contabilidade pública moderna sustentadas (CPM), o Governo de Cabo Verde (GCV), viu-se obrigado a seguir as recomendações do FMI-*Fundo Monetário Internacional*, e do IFAC – *Internacional Federation of Accountants*. Estas Instituições impunham a Cabo Verde (CV) a criação dos instrumentos essenciais à integração dessas novas abordagens no processo de reforma em curso.

Como referimos o Decreto-Lei nº 29/2001, de 19 de Novembro, não só institui o novo regime relativo à Administração Financeira do Estado, mas também uma nova filosofia de

Gestão do Sector Público Administrativo (GSPA), exigindo a modernização dos instrumentos que deverão fornecer as informações contabilísticas necessárias, nomeadamente a informação da gestão financeira, utilizando o SIGOF- *Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira*.

2.2.1 - Requisitos da informação contabilística

Mas, o Diploma acima mencionado estabelece que as informações contabilísticas contidas nas contas anuais, e elaboradas segundo o Plano Nacional da Contabilidade Pública, devem ser acessíveis a uma pluralidade de agentes económicos e sociais. O Decreto-Lei nº 29/2001, também mencionado neste trabalho, define que “*os instrumentos demonstrativos de gestão financeira devem ser amplamente divulgados com a devida actualidade, nomeadamente através de meios electrónicos de acesso público*”, Indicando de forma precisa os órgãos a quem as informações deverão ser dirigidas, que segundo o mesmo diploma sintetizar-se-á nos seguintes:

- Órgão de representações políticas, tais como a Assembleia Nacional (NA) e as Assembleias Municipais;
- Órgãos de Gestão de diferentes Instituições públicas, tanto a nível político-administrativo (tais como o Primeiro Ministro e demais membros do Governo, os presidentes das Câmaras e vereadores), como a nível de apuramento de gestão;
- Órgãos de controlo nas suas múltiplas acepções (financeira, de legalidade, eficiência, eficácia), quer de controlo interno (tais como a Inspeção-Geral de Finanças e outros), quer de controlo externo (tais como o tribunal de contas e auditores externos);
- Entidades Privadas, tais como associações da sociedade civil e cidadãos interessados na coisa pública.

O Diploma estabelece também alguns requisitos, os quais deverão fazer parte da informação contabilística, tendo em conta a diversidade de informação necessária de cada um dos grupos a quem a informação é dirigida. Portanto para que haja uma melhor

consistência da informação, é necessário que as demonstrações contabilísticas obedçam a determinados requisitos considerados essenciais designadamente os seguintes:

- **Identificabilidade**- As contas anuais referem-se a sujeitos perfeitamente definidos, com actividades e intervalos temporais identificados, devendo mostrar expressamente os dados de identificação pessoal e temporal da informação nelas contidas;
- **Oportunidade** – A informação contabilística deverá ser disponibilizada aos seus destinatários em tempo útil, para que as decisões sejam tomadas atempadamente;
- **Compreensibilidade** – a informação contabilística deverá ser apresentada de forma clara e compreensível, para que os destinatários possam assegurar a sua adequada utilização;
- **Relevância** – A informação deve possuir uma utilidade notória, potencial ou real, para os fins prosseguidos pelos diferentes destinatários das contas anuais, ou seja deve orientar-se pelos conceitos de verdade, justiça e equidade;
- **Materialidade** – A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão for susceptível de influenciar as decisões dos utentes, tomadas na base das demonstrações financeiras;
- **Razoabilidade** – Não existe uma exactidão absoluta dos factos ocorridos, mas sim uma aproximação razoável dos factos, cujos princípios contabilísticos devem ser correctamente aplicados.
- **Economicidade** – Apesar da utilidade da informação contabilística, ela acarreta um custo e deve ter sempre em conta o critério custo/benefício no momento de ajuizar sobre o desenvolvimento mais detalhado dos factos por parte dos destinatários da informação que é disponibilizada.

- **Neutralidade** – A neutralidade e a imparcialidade é um dos factores a ter em conta na elaboração da informação e não deve ser enviesada ou distorcida de forma a beneficiar certos destinatários em detrimento de outros.
- **Objectividade** – Os mecanismos utilizados no processamento da informação contabilística devem ser o mais objectivo possível de modo a evitar a subjectividade da informação, e que a fiabilidade e a consistência do sistema automatizado de processamento contabilístico de dados diminuam as influências subjectivas dos processos.
- **Variabilidade** – As informações contidas nas contas anuais devem ser susceptíveis de controlo e revisão, tanto interno como externo. A verificabilidade interna depende, essencialmente, das normas do controlo interno que regulam as diferentes operações da entidade pública e o próprio sistema de processamento da informação contabilística.

2.2.2 - Princípios contabilísticos

A semelhança da contabilidade empresarial, a contabilidade pública rege por princípios que norteiam a imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial bem como a execução orçamental de uma determinada entidade.

Os princípios contabilísticos do registo e do acréscimo são essencialmente aplicáveis de forma integral à contabilidade patrimonial. Enquanto a contabilidade orçamental acompanha a execução do orçamento, que é um instrumento de disciplina de fluxos financeiros. Segundo o DL nº 29/2001 de 30 de Janeiro, nem todos os princípios contabilísticos aplicáveis a contabilidade patrimonial (CP), são aplicáveis a contabilidade orçamental (CO) já que esta tem que se submeter à visão dos fluxos financeiros, fluxos de dinheiro.

Quando não for possível aplicar à contabilidade patrimonial os princípios estabelecidos neste plano de modo a assegurar que as contas anuais expressam a referida imagem verdadeira e apropriada, deverá indicar-se, no anexo às

demonstrações financeiras, a correspondente justificação) Decreto-Lei nº 29/2001

O Decreto – Lei nº 10/2006 de 30 de Janeiro, objecto de estudo deste capítulo, define a Entidade Contabilística, no âmbito do PNCP, como sendo “todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com o presente Plano de Contas (PC) designadamente as pessoas jurídicas públicas sem fins lucrativos com autonomia patrimonial”.

Para salvaguardar a imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e a sua evolução, bem como a execução orçamental, o DL aponta doze princípios contabilísticos fundamentais que passamos a citar:

- Princípio da continuidade – Onde se presume que a actividade desenvolvida pela entidade é de continuidade e de duração ilimitada;
- Princípio da Consistência – As políticas Contabilísticas não se alteram de um exercício para outro e caso se altera e tiver efeito materialmente relevante, deve ser divulgada no anexo as demonstrações financeiras;
- Princípio do Registo - O registo dos factos contabilísticos deve efectuar-se mediante os procedimentos técnicos mais adequados, à organização contabilística da entidade, garantindo a coerência interna da informação, e por ordem cronológica, sem que possa existir vazios, saltos ou lacunas na informação.
- Princípio do acréscimo – Todos os custos e perdas, proveitos e ganhos são reconhecidos quando ocorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento, devendo ser apresentados nas Demonstrações Financeiras dos períodos a que dizem respeito.
- Princípio da Imputação das transacções – As receitas e as despesas a serem imputadas nos Mapas de Execução Orçamental, deverão ter em conta as seguintes regras básicas:

- Elas serão imputadas de acordo com a sua natureza económica e, em caso das despesas, de acordo ainda com a finalidade que se pretende atingir;
- As classificações serão efectuadas de acordo com o órgão ou entidade encarregado da sua gestão;
- Princípio do custo histórico – Todos os bens e direitos devem ser registados pelo seu custo de aquisição ou de produção e as obrigações pelo seu valor de reembolso.
- Princípio da Materialidade - As demonstrações Financeiras devem divulgar todos os elementos que sejam suficientes e materialmente relevantes para afectar as avaliações e decisões dos utentes da informação;
- Princípio da Substância sobre a Forma – As operações e os acontecimentos devem ser contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância (realidade económica) e não meramente de acordo com a sua forma legal;
- Princípio da não compensação – defende a não compensação de saldos das contas do activo com as do passivo (Balanço); das contas de custos e perdas com as de proveito e ganhos; e em caso algum de contas de despesas com as de receitas (Mapas de execução Orçamental);
- Princípio da não consignação – As receitas orçamentais destinam-se a financiar a totalidade das despesas orçamentais, sem que exista uma relação directa entre uma e outras.

2.3 - Aspectos relevantes da lei das finanças locais

Lei n.º 79/VI/2005, de 5 de Setembro, que regula de forma global toda as actividades financeira dos Municípios, apesar de ter revogado a lei anterior, criou aspectos inovadores e manteve inalterados outros, que faziam parte da lei anterior [...] dos quais destacamos:

- a) A titularidade e gestão pelos municípios de património e finanças próprios, que apenas ficam sujeitos a uma tutela de mera legalidade;
- b) A democraticidade interna, que se traduz numa repartição de competências entre as Assembleias e as Câmaras Municipais, cabendo àquelas enquanto órgãos deliberativos a aprovação dos orçamentos, os planos de actividades, os relatórios e as contas de gerência, e cabendo às Câmaras Municipais e aos respectivos presidentes, enquanto órgãos executivos, exercerem toda a competência executiva;
- c) Submissão da actividade financeira municipal à legalidade;
- d) Controlo financeiro, externo e independente por parte do Tribunal de Contas tanto preventiva como sucessivamente.

Apesar dos aspectos acima mencionados, a nova Lei apresenta outros aspectos que achamos de capital importância para a gestão Municipal que apontamos de seguida de forma resumida:

- a) Alteração do regime do recurso ao crédito por parte das autarquias que podem contrair empréstimos à curto, médio e longo prazo, gozando de uma liberdade mais acentuada;
- b) Responsabilidades acrescidas à ANMCV, no que concerne às novas atribuições e competências atribuídas aos municípios;
- c) Reforço da capacitação técnica da ANMCV, através da assinatura de contractos programa para implementação de acções concernentes à formação do pessoal, mobilidade do pessoal qualificado do Estado para os municípios e apoio técnico na organização, adaptação ou instalação de serviços municipais;

- d) Substituição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) pelo Fundo de Financiamento dos Municípios (FFM) cuja fórmula permitiu um real aumento dos valores transferidos;
- e) A comparticipação de 49% no produto de venda de terrenos públicos incluídos nas Zonas Turísticas Especiais ou em Zonas de Desenvolvimento Industrial ou de Parques Industriais;
- f) A comparticipação de 25% na renda pela utilização de áreas aeroportuárias paga ao Estado pela ASA;
- g) Alargamento no que concerne à cobrança de novas taxas, designadamente instalação de antenas parabólicas, instalação de antenas de operadores de telecomunicações móveis, etc.;
- h) Esclarecimentos adicionais pertinentes em relação ao lançamento de derramas, tendo em vista o financiamento de investimentos municipais;
- i) Clarificação de alguns aspectos sobre a Cooperação Técnica e Financeira;
- j) Delegação de poderes no que respeita às execuções fiscais municipais, dando aos municípios a possibilidade de criar um serviço autónomo responsável pela cobrança coerciva de créditos municipais;
- k) Clarificação sobre um dos princípios orçamentais “**Especificação**”, na parte relativa à contabilização dos fundos extra-orçamentais e na classificação das despesas na rubrica de “Exercício Findo”, evitando as confusões habituais em termos de transparência na apresentação das Contas de Gerência;
- l) A obrigatoriedade de apresentar o orçamento municipal em Julho e não em Outubro;

m) A discussão e a aprovação do orçamento municipal até 20 de Setembro e a sua entrega no Ministério das Finanças para efeito de consolidação orçamental, passou a ser no dia 1 de Outubro, devendo a sua publicação no Boletim Oficial se efectivar até 31 de Dezembro;

n) Maior transparência no que se refere às alterações ao orçamento e a obrigatoriedade da publicação das mesmas no prazo máximo de 60 dias a contar da sua aprovação;

o) A questão das dívidas dos municípios para com o Estado que passaram a ser deduzidas nas transferências não consignadas que o município tenha a receber do Estado;

p) A responsabilização do Governo no que se refere à realização dos investimentos em equipamentos e sistemas informáticos necessários à integração dos Municípios na rede pública do Estado.

3 - O CONTROLO INTERNO- CONCEITO E OBJECTIVOS

Conceito

O Controlo Interno (CI) constitui uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e sistemas coordenados, de forma a garantir o cumprimento das exigências a que a instituição se propõe, aperfeiçoando a gestão do risco e maximizando o desempenho da entidade.

O controlo interno é o processo concebido e posto em vigor pelos responsáveis pela governação, gestão e outro pessoal para proporcionar segurança razoável que permita atingir os objectivos da entidade relativamente à credibilidade do relato financeiro, eficácia, eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. “ *O (CI) é concebido e implementado para atingir riscos do negócio identificados que ameaçam a realização de tais objectivos*” Costa 2007).

Costa (2007), refere ainda que o “controlo interno compreende o controlo de organização e todos os métodos e medidas adoptadas numa entidade para: i) salvaguardar os seus activos; ii) verificar a exactidão e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos; iii) promover a eficácia operacional; e iii) encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores.” Ele aponta ainda 4 pontos fundamentais em que consiste o controlo interno:

- a) No plano da organização que proporciona segregação de responsabilidades funcionais;
- b) Num sistema de autorização e procedimentos de registos a fim de proporcionar um controlo contabilístico razoável sobre os activos, passivos, réditos e gastos;
- c) Em sãs práticas a serem seguidas no desempenho dos deveres e das funções de cada um dos departamentos de uma empresa;
- d) Em existir pessoal de qualidade compatível com as respectivas responsabilidades.

Costa (2007), citando o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), Caracteriza o controlo interno em dois grandes tipos de controlo:

- ✓ **Controlo Interno Administrativo**, que inclui o plano de organização e os procedimentos e registos que se relacionam com os processos de decisão e que conduzem à autorização das transacções pelo órgão de gestão. “ *Tal autorização é uma função de tal órgão directamente associada com a capacidade de alcançar os objectivos da organização, sendo o ponto de partida para um controlo interno contabilístico sobre as transacções*”.
- ✓ **Controlo interno contabilístico**, que compreende o plano da organização e os registos e procedimentos que se relacionam com a salvaguarda dos activos e com a confiança que inspiram os registos contabilísticos de modo a que, consequentemente, permitem ter a certeza de que:
 - a) As transacções são executadas de acordo com uma autorização geral ou específico do órgão de gestão;
 - b) As transacções são registadas de modo a:
 - Permitirem a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com princípios de contabilidade geralmente aceites ou com qualquer outro critério aplicável a tais demonstrações;
 - Manterem um controlo sobre os activos;
 - c) O acesso aos activos é apenas permitido de acordo com a autorização do órgão de gestão;
 - d) Os registos contabilísticos dos activos são periodicamente comparados com esses mesmos activos sendo tomadas acções apropriadas sempre que se encontram quaisquer diferenças.

O Institute of Internal Auditor's, no seu trabalho intitulado “*Standards for the Professional practice of internal auditing*” citado por (Costa, 2007), estabelece 5 (cinco) objectivos do controlo interno que visam assegurar:

- a) A confiança e a integridade da informação;
- b) O cumprimento das políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
- c) A salvaguarda dos activos;
- d) A utilização económica e eficiente dos recursos;
- e) A realização dos objectivos e metas fixados para as operações ou programas.

“O controlo interno, é o processo concebido e realizado pelos encarregados da governação, gestores e outro pessoal, destinado a proporcionar uma segurança razoável para se atingir os objectivos da entidade com vista à credibilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis” (Costa 2007).

3.1 - Sistema de controlo interno

“O Sistema de controlo interno (SCI) é um plano que compreende a existência de políticas e todos os procedimentos adoptados pela gestão de uma entidade, que contribuem para a obtenção dos objectivos da gestão de assegurar a conduta ordenada e eficiente do seu negócio. Traduz-se, portanto, em manuais onde se transcreve os objectivos do CI, bem como a forma de concretizar esses objectivos.” (COSTA, 2008).

Fernandes (2010), define o SCI como um “conjunto de normas, técnicas e instrumentos, adoptados numa entidade, e que tem o objectivo de assegurar que as actividades ocorram de acordo com o planeado, procurando a eficiência, eficácia e efectividade das operações.”

A *International Federation of Accountants* (IFAC) (apud FERNANDES, (2010) define o SCI como “ *o plano de organização e todos os métodos e procedimentos adaptados pela administração de uma entidade para auxiliar a atingir o objectivo de gestão, e assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta dos seus negócios, incluído a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação da informação financeira fidedigna*”.

Carvalho e tal. (1999), apresentam o SIC como “ *uma ferramenta de grande utilidade para o desenvolvimento das actividades de forma coordenada e eficiente*”.

3.2 - Elementos do sistema de controlo interno

Fernandes (apud CORREIA, 2000), considera os seguintes elementos como sendo os principais elementos a ter em conta quando se estabelece um SCI:

- O plano da Organização, que define as funções e responsabilidades funcionais, autoridade e delegação de responsabilidades, com o objectivo de fixar e limitar as funções de todo o pessoal;

- A segregação de funções, que está relacionada com o facto de a função contabilística e a função operacional deverem estar separadas, para que não seja possível que a pessoa que tenha o controlo físico de um activo possa ter simultaneamente a seu cargo os registos a ele inerentes. Além disso, nenhuma pessoa pode ser responsável por uma operação desde o início até ao seu termo;
- O controlo das operações que têm como propósito assegurar a sequência das mesmas, isto é, que o ciclo autorização/execução/registo/custodia/ seja cumprido, de acordo com os critérios estabelecidos, isto é, dentro das atribuições de competências definidas;
- O registo metódico dos factos relacionados com a forma como as operações são permitidas na contabilidade, tendo em conta as regras contabilísticas aplicáveis e os documentos justificativos;
- A numeração sequencial dos documentos, o que possibilita detectar utilizações menos apropriadas e inviabiliza a sua destruição com objectivos fraudulentos;
- Pessoal qualificado, competente e responsável, com habilitações literárias e técnicas necessárias e experiência profissional adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas;
- A revisão e supervisão da gestão, visando a adopção de provas e conferências independentes, que possibilitem não só actuar sobre o sistema, como sobre o trabalho de cada pessoa, de forma a minimizar os erros.

3.3 - A Importância do sistema de controlo interno

O SCI constitui uma ferramenta de grande importância e utilidade para qualquer entidade, uma vez que actua preventivamente na detenção de irregularidades e é um auxiliar do controlo de Gestão.

“Trata-se do controlo efectuado pela própria organização. Este permite um auto-controlo por parte da entidade que regula e ao mesmo tempo contribui para uma melhor disponibilização da informação económico-financeira para os órgãos superiores de

controlo externo, das entidades que estão sob o seu controlo, detectando mais facilmente anormalidades” Fernandes, (2010).

Costa (apud FERNANDES, 2010), refere ainda que deve ser “permanentemente ajustado de forma a assegurar a eficiência das operações no que diz respeito aos objectivos básicos da entidade, incluindo o desempenho e metas traçadas e salvaguarda dos recursos, a confiança nas demonstrações financeiras que se devem mostrar fiáveis e credíveis e a conformidade com as leis e regulamentos às quais a entidade está sujeita.”

Para Fernandes (apud CORREIA, 2000), CI deve de um modo geral, proporcionar a organização informações precisas e objectivas que reflectem a realidade, tornar-se indispensável na detenção de erros e fraudes e permitir a atingir o máximo de resultados com o mínimo de recursos humanos, materiais e financeiros. É ainda uma ferramenta fundamental para, a nível da Administração Local, implementar a Qualidade em Serviços Públicos, melhorando a resposta às necessidades dos cidadãos.

3.4 - Limitações do sistema de controlo interno

O facto de existir um SCI implementado, não significa que o mesmo esteja operativo e que tudo esteja a funcionar bem, e mesmo que esteja operativo podem não ser atingidos os objectivos traçados pela organização ou entidade. Existindo e sendo actuante, um bom SCI não significa que a entidade esteja completamente imune a situações tão diversas como as de ocorrências de erros, irregularidades e fraudes, na medida que existem diversos factores que limitam o controlo Interno. De entre esses factores destacam-se (Costa, 2007):

- A falta de interesse por parte do órgão de gestão na manutenção de um bom sistema de controlo;
- A dimensão e complexidade da organização, uma vez que, no caso de pequenas organizações a segregação de funções torna-se difícil de implementar;
- A relação custo/benefício, em que o custo da implementação do SCI não seja superior ao resultado que se espera obter dele;

- A existência de erros humanos, conluíus e fraudes, bem como a competência das e integridade das pessoas, os quais podem ser dificultados, mas não evitados, pela segregação de funções;
- Transacções pouco usuais, uma vez que um Sistema de Controlo Interno é geralmente implementado a fim de prever transacções correntes;
- Técnicas e meios de trabalho inadequados e ultrapassados
- Ineficiente controlo dos meios informáticos, o que pode possibilitar as condições de acesso a ficheiros ou a prática de operações fraudulentas:
- Abuso do poder de autoridade por parte daqueles com responsabilidade sobre determinadas operações;
- A competência e a integridade do pessoal que executa as funções de controlo podem deteriorar-se por razões internas, não obstante os cuidados postos na sua selecção e formação:

3.5 - Avaliação do sistema de controlo interno

Costa, (2008), diz que o “SCI não deve ser confundido com auditoria interna. Esta tem por objectivo verificar se as directrizes emanadas no SCI estão sendo cumpridas.”

Fernandes, (2010), realça a forma como se pode verificar se um SCI é ou não adequado, devendo adoptar-se procedimentos (formas de recolha e de registo) de forma a obter o conhecimento do mesmo. Numa primeira fase, deve proceder-se à recolha de informação através de legislação, da análise a organigramas, manuais de descrição de funções e de procedimentos, assim como quaisquer outras informações que se relacionem com o controlo administrativo e contabilístico.

Outra fase passa pela realização de entrevistas com dirigentes e funcionários da entidade e pela observação da forma como as tarefas são executadas e a documentação tratada, devendo esse trabalho ficar registado através de questionários padronizados, narrativas (descrição detalhada dos procedimentos e medidas), fluxogramas ou formas mistas (fluxogramas e narrativas), visando aferir se o sistema se encontra a ser aplicado na realidade.

Um SCI é considerado adequado se conseguir responder as expectativas e objectivos traçados quanto a prevenção dos riscos, e detecção de erros, fraudes e irregularidades nas entidades e organizações.

“O relatório da avaliação global traduz a validade, adequação e eficácia do sistema, evidenciando os pontos fracos. De qualquer modo, é necessário assegurar que de facto está em funcionamento e nos moldes previstos ou, pelo contrário, demonstrar que se encontra a funcionar de modo eficiente. Estes procedimentos realizam-se através de testes de conformidade”, (Fernandes, 2010).

3.6 - Controlo Interno nas Autarquias Locais

3.6.1 - Métodos e Procedimentos

Controlo interno é o controlo administrativo, exercido por um organismo integrante da própria estrutura na qual se insere o órgão fiscalizado.

Em nível geral, pode-se afirmar que os controles internos representam o conjunto de normas e procedimentos de controlo existentes em qualquer organização pública ou empresarial.

“No que tange à administração pública, os controlos internos servem para auxiliar o administrador no cumprimento de sua missão de disponibilizar serviços públicos à população, tendo em vista a sua necessidade de conhecer as reais demandas da sociedade. Esse conhecimento não se dá de forma empírica, baseado somente na experiência e sem nenhum conteúdo científico, mas sim por meio de modernas técnicas de administração, em nível de planeamento e gestão” (Fink, 2008).

Luís (1999), diz que “o sistema de controlo interno a adoptar pelas autarquias locais, engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das actividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exactidão e a integridade dos registos

contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.” Este autor aponta um vasto número de objectivos pelos quais os métodos e procedimentos devem visar para que haja um bom sistema de controlo interno.

O sistema de controlo interno das empresas não diferenciam do das autarquias locais, ou seja ambos tem o mesmo objectivo, e são adequados conforme as actividades e necessidades de cada um. Mas o Decreto-Lei 47/80, que apresentou a primeira reforma do orçamento e da contabilidade municipal em CV, não estabeleceu um sistema de controlo interno mas sim um processo de fiscalização Administrativa, através do ministério das Finanças, que controla a execução do orçamento e dá uma atenção especial a tesouraria, estabelecendo medidas de controlo dos fundos.

Para Luis (1999), métodos e procedimentos de controlo devem visar os seguintes objectivos:

- a) A salvaguarda da legalidade e regularidade no que respeita à elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, à elaboração das demonstrações financeiras e ao sistema contabilísticos;
- b) O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respectivos titulares;
- c) A salvaguarda do património;
- d) A aprovação e controlo de documentos;
- e) A exactidão e integridade dos registos contabilísticos e, bem assim, a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- f) O incremento da eficiência das operações;
- g) A adequada utilização dos fundos e cumprimento dos limites legais à assunção dos encargos;
- h) O controlo das aplicações e do ambiente informático;
- i) A transparência e a concorrência no âmbito dos mercados públicos;
- j) O registo oportuno das operações pela quantia correcta, nos documentos e livros apropriados e no período contabilístico a que

respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito das normas.

“O órgão executivo aprova e mantém em funcionamento o sistema de controlo interno adequado às actividades da autarquia local, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente”, Luís (1999). O Autor não só estabeleceu os objectivos mas também determinou medidas a serem tomadas, ao definir as funções de controlo e nomeação dos respectivos responsáveis que se resumem no seguinte:

- a) À identificação das responsabilidades;
- b) Aos circuitos obrigatórios dos documentos e às verificações respectivas;
- c) Ao cumprimento dos princípios da segregação das funções de acordo com as normas legais e os seus princípios de gestão, nomeadamente para salvaguardar a separação entre o controlo físico e o processamento dos correspondentes registos.

3.6.2 - Controlo das disponibilidades

Luís (1999), dá uma grande importância ao controlo das disponibilidades, em que as normas de controlo interno de cada autarquia local deverá constar obrigatoriamente os métodos e procedimentos das disponibilidades e permitirá, designadamente, assegurar que:

- a) A Importância em numerário existente em caixa não ultrapasse o montante adequado às necessidades diárias da autarquia, sendo este montante definido pelo órgão executivo;
- b) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em que ele delegue;
- c) Os cheques não preenchidos estão à guarda do responsável designado para efeito, bem como os que já emitidos tenham sido anulados, inutilizando-os neste caso as assinaturas, quando as houver, e arquivando-se sequencialmente;

- d) A entrega dos montantes das receitas cobradas por entidades diversas do tesoureiro seja feita diariamente, utilizando para o efeito os meios definidos pelo órgão executivo;
- e) As reconciliações bancárias se fazem mensalmente e são confrontados com os registos da contabilidade, pelo responsável designado para o efeito, que não se encontre afecto a tesouraria nem tenha acesso às respectivas contas correntes;
- f) As diferenças nas reconciliações bancárias, são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar;
- g) Findo o período de validade dos cheques em trânsito, se procede ao respectivo cancelamento junto da instituição bancária, efectuando-se os necessários registos contabilísticos de regularização;
- h) O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a ser realizado pelos responsáveis designados para o efeito, nas seguintes situações: i) trimestralmente e sem prévio aviso; ii) no encerramento das contas de cada exercício económico; iii) no final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que substitui, no caso de aquele ter sido dissolvido; iv) quando for substituído o tesoureiro.

Além dos procedimentos a adoptar pelas autarquias locais no que concerne aos métodos e procedimentos do controlo interno, Luis (1999), aponta um conjunto de responsabilidades que são atribuídas ao tesoureiro, no que concerne a emissão de termos de contagem dos montantes a sua guarda, bem como o controlo do fundo de maneo. Segundo o autor, o tesoureiro responde perante o órgão executivo e pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas e os outros funcionários e agentes em serviço na tesouraria respondem perante o respectivo tesoureiro pelos seus actos e omissões.

3.6.3 - Controlo das contas de terceiros

O controlo nas autarquias locais, não só focaliza nas disponibilidades mas também no controlo das contas de terceiros, existências e nas do imobilizado. LUIS (1999), a

semelhança dos métodos do controlo das disponibilidades, apresenta um conjunto de procedimentos para o controlo das contas de terceiros que permitem assegurar que:

- a) As compras são feitas pelos responsáveis do sector designado para a realização de compras, com base em requisição externa ou contrato, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de assunção de compromissos, de concurso e de contratos;
- b) A entrega de bens é feita no sector designado para o efeito, obrigatoriamente distinta do sector que efectua as compras, acompanhado da conferência física, qualitativa e quantitativa, e se confronta com a respectiva guia de remessa, onde é colocado um carimbo de “Conferido” e “Recebido” se for o caso;
- c) Periodicamente, o funcionário designado para tal faz a reconciliação entre os extractos de conta corrente de clientes e dos fornecedores com as respectivas contas da autarquia local;
- d) Na Contabilidade são conferidas as facturas com guia de remessa e a requisição externa, após o que, são emitidas as ordens de pagamento e enviadas cópias dos documentos ao sector responsável pelo aprovisionamento;
- e) Se efectuem reconciliação nas contas “Estado e outros entes públicos”;
- f) Caso, existam facturas recebidas com mais de uma via é colocado nas cópias de forma clara e evidente, um carimbo de “Duplicado”.

3.6.4 - Controlo das existências

Os métodos e procedimentos do controlo das existências, segundo LUIS (1999), tem que assegurar que:

- a) Cada local de armazenagem corresponda um responsável nomeado para o efeito;
- b) O armazém apenas faz entregas mediante a apresentação de requisições internas devidamente autorizadas;

Este autor, atribui uma especial atenção a segregação de funções no controlo das existências ao tentar separar o registador, nas respectivas fixas, do manuseador físico das

existências. A inventariação física e a regularização necessárias são outras preocupações enfatizando a responsabilização quando for o caso.

O controlo do imobilizado deve ser feito através de fichas e manter-se-ão, permanentemente actualizadas e as aquisições se efectuam de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base em deliberação do órgão executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente, contrato emitido pelos responsáveis designados para o efeito, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de empreitadas e fornecimentos.

3.7 - Controlo externo

Em contradição com o controlo interno, o controlo externo é aquele exercido por um poder ou organismo distinto, separado da estrutura da entidade controlada.

O controlo político da actividade financeira do Estado é exercido directamente pelo Poder Legislativo, com o auxílio do tribunal de contas, mas o controlo técnico-jurídico é exercido pelo tribunal de contas, órgão que possui autonomia e independência de actuação nos poderes públicos. O Controlo externo é exercido pelo TC a todas as instituições públicas que gerem bens públicos e que utiliza o plano da contabilidade pública e as autarquias locais.

O Tribunal de Contas é definido pelo artigo 219º da Constituição da República de Cabo Verde como sendo o órgão supremo de fiscalização de legalidade de despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe. O artigo 1º do decreto-lei nº46/89, de 26 de Junho e, no âmbito da competência para fiscalização preventiva das despesas públicas, estabelece os princípios que norteiam o tribunal de contas exercendo o controlo da legalidade administrativa e financeira dos actos do Estado e de outras entidades públicas, expresso na aposição ou recusa do visto a actos e contractos.

4 - ESTUDO DO CASO – CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO

4.1 - Caracterização do Município do Porto Novo

Sendo o ponto focal desta monografia a Contabilidade das Autarquias Locais e o Sistema de Controlo Interno, e tendo como cenário a Câmara Municipal do Porto Novo, achamos de relevância importância analisar o Município do Porto Novo, nos seus aspectos históricos/culturais, demográfico e biofísico.

Dados Históricos

Maio de 1732, marca a chegada do ouvidor Dr. José da Costa Ribeiro, mandado pelo Rei para fazer o primeiro termo de vereação da Cidade da Ribeira Grande, para pronta eleição de vereadores da Câmara e a 7 de Maio do mesmo ano cria-se a Cidade da Ribeira Grande e o Concelho da Ilha de Santo Antão, tendo a Cidade substituída a Povoação de Santa Cruz.

Em 1867, a Ilha é desdobrada em dois Concelhos, com o aparecimento do Concelho do Paul.

Levando em consideração a proximidade entre os Concelhos acima referido, em relação a extensão da Ilha, nota-se a necessidade de incidir sobre os Carvoeiros, actual Porto Novo, suprimindo-se em 1895 o Concelho do Paul, o qual só veio a ser restaurado em 1917, por Portaria n.º 327 de 11 de Outubro, mas como Concelho irregular, ou melhor como uma Junta Administrativa (JA), tendo sido nomeado o seu primeiro chefe administrativo o advogado Fernando Wahnnon. Por Decreto de 19 de Abril de 1912 é criado pela primeira vez o Concelho do Porto Novo, que não entrou a funcionar, possivelmente, por falta de verba ou por outras razões, nomeadamente de ordem política, até que em 1962 passa a ser uma realidade depois de ter passado por um Posto Administrativo em 1942.

Com a colocação de um novo administrador em Santo Antão e dadas as longas distâncias que separavam Porto Novo e Ribeira Grande, e com o alargamento do povoamento, Porto Novo foi dividido em duas zonas administrativas, com a colocação de dois chefes. A Freguesia de São João Baptista com sede em Ribeira das Patas e a Freguesia de Santo

André com Sede em Ribeira da Cruz (1811 á 1814). Nesta data, e como o poder económico da ilha estava localizada em Paul, a sede da Ilha foi transferida de Ponta do Sol para o Paul, donde foi criada a nova Sede da Ilha ou melhor o Concelho de Santo Antão. A dita transferência, desencadeou um conflito entre Paul e Ribeira Grande, conhecido pela guerra de pau de café, que provocou a queda do poder administrativo o que obrigou com que Porto Novo passasse a ser a Sede da Ilha de Santo Antão, com sede em Ribeira das Patas, durante um período de 3 anos - 1814 á 1817.

Com esse acontecimento, Porto Novo conheceu uma nova dinâmica administrativa e económica e surgiram os primeiros fluxos de interpostos comerciais (contrabando), bem como as primeiras prospecções de criação de gados e pesca artesanal nas encostas planas e arredores (hoje Cidade do Porto Novo).

O Povoamento do Porto Novo, foi relativamente tardio (meados de 1750), devido a escassez de recursos naturais (água) e à dispersão geográfica. Os primeiros povoamentos, foram localizados nas zonas de Alto Mira, Ribeira da Cruz, Martiene e Tarrafal de Monte Trigo, devido a existência de algumas potencialidades agrícolas. Nesta altura, cada uma das zonas referidas, pertencia a um proprietário/Senhorio, oriundos da Ribeira Grande, que normalmente faziam parte das autoridades da Ilha. Com a exploração agrícola os proprietários/donos das zonas, provocaram a mobilidade social de camponeses das diferentes regiões de Ribeira Grande, para trabalharem as terras e assim iniciaram o processo de povoamento no Porto Novo.

Mesmo assim, o poder administrativo e religioso dependiam da Ribeira Grande (RG), (Ponta do Sol) e as pessoas eram obrigadas a percorrer longas caminhadas, para resolver as questões relacionadas com casamento, registos, justiça etc.

População

Do ponto de vista demográfico, a população residente no concelho ronda os 17.993 habitantes (de acordo com o censo de 2010), representado sensivelmente 36% da população da ilha de Santo Antão e 4% da nacional os quais 9.410 representa a camada masculina e 8.583 representa a parte feminina.

O Município conta com duas freguesias, a de São João Baptista que possui 13.565 habitantes e Santo André com 3.674 habitantes. A população está distribuída por 30 localidades dispersas, constituindo assim a cidade do Porto Novo o maior centro populacional do concelho e da Ilha com cerca de 8.000 mil habitantes e 235 localidades, num densidade de 27 pessoas/Km².

Ambiente Físico

O Município do Porto Novo é o maior da Ilha de Santo Antão com uma área de 557,29 quilómetros quadrados, 67,1% da superfície total da Ilha dividido em duas freguesias: São João Baptista com sede na Cidade do Porto Novo (outroa a sede era Ribeira das Patas) a mais extensa e deserta freguesia da Ilha, com uma área de 439,61 quilómetros quadrados e uma população de 13.565 habitantes e Santo André, a segunda em extensão, apresenta uma área de 118,38 quilómetros quadrados com uma população de 3.674 habitantes. A sede do Município – Cidade do Porto Novo, fica no sudoeste da Ilha na longitude 25° 22' 30' W. Gr. e latitude 17° 1' Norte.

4.2 - Competência e estrutura orgânica

A Lei nº 134/IV/95, de 03 de Julho, aprovou o Estatuto Nacional dos Municípios e estabeleceu o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como a delimitação da intervenção da Administração Central e da Administração Local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

A nova Câmara eleita em Julho de 2012, com base na Lei acima citada, e com objectivo de promover a eficiência e a eficácia da gestão pública, assegurando os direitos dos administrados, acrescentando ainda que as atribuições e competências devem ser exercidas pelo nível da administração que se encontrar melhor posicionado, de forma a garantir a racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos, elaborou uma nova orgânica com base nos princípios acima referidos.

O regulamento integra um conjunto de objectivos, princípios e normas gerais de organização administrativa, de natureza estruturante, com o qual se deve pautar a actuação

dos serviços municipais. O Capítulo II do referido regulamento consta, igualmente, a definição da estrutura orgânica, dividida em direcções, secções e gabinetes, bem como as atribuições e competências de cada um deles.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da actual Câmara Municipal, explícita no organigrama anexo, compreende o seguinte: A presidência, 1 Gabinete de apoio a presidência; 1 Gabinete de Estudos e Projectos; 1 Serviço Municipal de Protecção civil; 1 Serviço Autónomo de Água e Saneamento, ambos na dependência da Presidente da Câmara; 1 Secretário Municipal que apesar de estar na dependência da Presidente da Câmara, tem a seu cargo 8 Direcções, 8 Divisões e 12 Secções com as referidas funções e dependências bem definidas e ainda 6 Delegações Municipais.

4.3 - Os Recursos da Câmara Municipal

4.3.1 - Recursos humanos

Os recursos humanos são considerados como os activos mais valiosos das organizações nos dias de hoje, desde que estejam motivados e se sentam familiarizados com a organização. O pessoal da Câmara Municipal rege pelo regime jurídico-laboral legalmente previsto para a função pública. A gestão dos Recursos humanos está a cargo de uma Direcção de Administração dos Recursos humanos que integra a Secção de Expediente Geral e Arquivos, Secção de Recursos Humanos e Secção de Apoio Logístico, explícito no organigrama aprovado.

Para uma melhor compreensão da evolução dos Recursos Humanos na Câmara Municipal do Porto Novo, nos últimos 5 anos, ou seja do período de 2008 á 2012, decidimos analisar os dados conforme constam do quadro abaixo:

Quadro 3 – Pessoal efectivo da CMPN

| Categoria | Anos | | | | Variações | |
|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | [2008-2009] | [2010-2011] |
| Eleitos Municipais | 4 | 5 | 5 | 6 | 25,00% | 20,00% |
| Pessoal em Comissão Serviço | 19 | 19 | 21 | 21 | 0,00% | 0,00% |
| Pessoal de quadro | 53 | 53 | 50 | 35 | 0,00% | -30,00% |
| Pessoal Contratado | 97 | 99 | 112 | 129 | 2,06% | 15,18% |
| Pessoal Eventual | 221 | 235 | 239 | 243 | 6,33% | 1,67% |
| Total | 394 | 411 | 427 | 434 | 4,31% | 3,89% |

Fonte: CMPN- Relatório de inspecção

Da análise do quadro pode-se verificar que ao longo dos anos houve uma oscilação no número de efectivos da CMPN, com a tendência crescente para o pessoal contratado e eventual com maior incidência entre os anos 2010-2011. O mesmo já não acontece com o pessoal dos quadros que tem uma evolução negativa de 2010 a 2011, devido a aposentação de 20 funcionários nos últimos 3 anos, com maior incidência em 2011.

4.3.2 - Recursos financeiros

O Decreto 47/80 de 26 de Junho veio dar corpo a primeira reforma do orçamento e da Contabilidade Municipal que se fazia sentir junto dos titulares dos órgãos e agentes da administração municipal, reforçando assim os sistemas de fiscalização administrativa e responsabilizando os titulares dos órgãos e agentes da administração municipal pelos actos que dão origem às despesas. Este instrumento, apesar de estar desactualizado, encontra-se em vigor e é essencial no cumprimento das regras e normas da gestão autárquicas, no que concerne a arrecadação de receitas e a realização de despesas.

Mas o governo de Cabo Verde, com o intuito de atribuir aos Municípios maior autonomia patrimonial e financeira, aprovou a Lei nº 79/VI/2005, que veio dar aos Municípios, liberdade para arrecadar as suas receitas e aumentar os seus recursos financeiros. Assim sendo constituem Recursos Financeiros (RF) da CMPN, entre outros os seguintes: Fundo de Financiamento Municipal (FFM), o produto dos Impostos e taxas, tarifas cobradas pelos

serviços prestados, o produto de alienação de bens Patrimoniais, empréstimos contraídos, participações em lucro das empresas, e os donativos, etc.

Receitas Municipais

Fernandes (2013), define receitas como sendo qualquer variação financeira positiva não acompanhada de variação financeira negativa. Trata-se pois, do direito de receber meios monetários em resultado da transmissão de bens e serviços a terceiros.

A lei nº 79/VI/2009 não dá uma definição exaustiva de receitas municipais, mas aponta um conjunto de elementos que constituem as receitas Municipais, que vem explicito no seu artigo 5º, do qual podemos extrair a seguinte definição: “É toda a entrada de valor pecuniário nos cofres do Município, pelo qual se consegue cumprir o seu programa de desenvolvimento e satisfazer as necessidades das populações”.

Fundo de financiamento dos municípios

A Lei nº 79/VI/2005, no seu artigo 10º, estipula as regras pelas quais os Municípios recebem os fundos atribuídos pelo Estado a todas as Autarquias. Trata-se portanto do FFM que é anualmente dotado no orçamento do Estado pela transferência não consignada de 10% do valor dos impostos directos e indirectos do Estado, nomeadamente o Imposto Único sobre os rendimentos (IUR), o Imposto sobre o valor acrescentado (IVA), o Imposto sobre Consumos Especiais (ICE), o Imposto de Selos e os Impostos Aduaneiros. Mas A Lei define as regras da sua distribuição que consiste no seguinte:

- 75% Para o Fundo Municipal Comum (FMC)
- 25% Para o Fundo de Solidariedade Municipal (FSM)

Mas o FMC é distribuído a todos os Municípios mediante critérios legalmente definidos nesta Lei; i) 20% repartidos igualmente por todos os Municípios; ii) 50% repartidos na razão directa da população residente de cada Município; iii) 15% repartidos na razão directa da população infanto-juvenil residente, dos zero aos dezassete anos, de cada Município; ii) 15% repartidos na razão directa da superfície do território de cada Município.

O FSM, segundo a Lei, é atribuído somente aos Municípios que tenham um nível de capacitação média dos impostos municipais inferior à nacional e que tenham uma proporção de pobres distantes da linha de pobreza superior ou igual à média nacional, cujos dados são fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

Mas não só do FFM vive os municípios. O nº1 do Artigo 2 da Lei supracitada estabelece o regime financeiro dos municípios, bem como o limite das suas autonomias. Com base neste pressuposto, os municípios tem autonomia para arrecadar as suas próprias receitas.

Taxas, Tarifas e Preços

Como vamos ter oportunidade de verificar ao longo do estudo, as receitas mais importantes dos Municípios são os fundos Municipais como já referimos.

Como tal, são estas receitas que mais contribuem para financiar as despesas inerentes ao funcionamento destas instituições. Torna-se, assim, fundamental definir correctamente o critério de distribuição destes fundos pelos diferentes Municípios. Alias, como referimos atrás a Lei nº 79/VI/2005 no seu artigo 10º reflecte inequivocamente esses critérios. Apesar do facto das receitas de alguns impostos locais serem atribuídas aos Municípios, a competência para fixar as suas bases de incidência bem como as suas taxas pertence no essencial ao governo central.

As autarquias locais têm apenas competência para lançar a derrama¹⁰ e fixar dentro de determinados limites as taxas e tarifas e os preços mediante proposta da Câmara Municipal remetida a assembleia que é o órgão legislativo.

Resulta, do que se acaba de referir, que não tendo estas entidades competência para alterar, directa ou indirectamente, a base de incidência destes impostos, a sua autonomia fiscal é praticamente inexistente. Apesar de a literatura existente não abordar de forma clara os conceitos de taxas, alguns autores apontam algumas definições. Alguns autores define-a como sendo uma prestação tributária, estabelecida por lei a favor de uma entidade que

¹⁰ É um imposto lançado anualmente, que corresponde a 10% da colecta do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) das pessoas colectivas que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado no respectivo território por sujeitos passivos que nele exerçam uma actividade de natureza comercial ou industrial.

exerce funções públicas, como contrapartida de uma determinada acção por esta levada a cabo. Para Lima (2002) As taxas são “prestações coactivas, pecuniárias, bilaterais (sendo este facto que as distingue dos impostos), sem carácter sancionatório”.

A taxa é assim um preço autoritariamente estabelecido, pago pela utilização individual de bens semipúblicos, tendo a sua contrapartida numa actividade do Estado ou de outro ente público.

Como podemos depreender das definições apresentadas, existem alguns elementos fundamentais no conceito de taxa, sendo eles: o seu carácter bilateral; resultam do fornecimento de bens semipúblicos; têm como contrapartida a actividade de uma entidade que exerce funções públicas; são um preço autoritariamente fixado. Em relação a este último aspecto, na perspectiva da teoria do valor-trabalho, são preços porque reflectem o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos bens e serviços. Na perspectiva utilitarista, são preços porque reflectem aquilo que é necessário prescindir para se obter um bem ou serviço. A Lei nº 79/VI/2005, não dá uma definição destas receitas, mas aponta um conjunto de serviços dos quais devem ser aplicados, que nos municípios é suportado pela Tabela de Emolumentos, que é o único instrumento que se deve utilizar para a cobrança dos serviços.

4.4 - Contabilidade e o sistema de informação municipal

4.4.1 - Contabilidade municipal

A primeira reforma do orçamento e da contabilidade Municipal aconteceu na década de 80, período em que foi aprovado o Decreto nº 47/80, que veio estabelecer um conjunto de regras e normas para a Contabilidade Municipal e dotar assim as Câmaras Municipais (Ex-Secretariado Administrativo) de instrumentos que lhes permitissem uma melhor gestão dos bens públicos, direccionada essencialmente no controlo das despesas. Para o cálculo das receitas o governo através do Decreto-lei acima mencionado, estabeleceu regras de cálculo para efeito da sua inscrição no orçamento que se resume da seguinte forma:

- a) Receitas certas, pelo seu quantitativo;
- b) Receitas variáveis, pela média da cobrança dos últimos três anos;

- c) Receita cuja variação tenham carácter regular, pela importância da receita efectiva do último ano, corrigido por coeficiente de aumento ou diminuição calculado em face da cobrança desse ano e da dos dois anteriores.

Quanto a classificação das receitas e despesas o artigo 17º do mencionado Decreto –Lei, estabelece que as receitas e despesas publicas devem distribuir no orçamento em ordinária e extraordinárias e que este podem ser correntes e de capital.

A realização de despesas que é um das principais pontes de realça deste Instrumento, alerta para que nenhuma despesa poderá ultrapassar o valor máximo dotado no orçamento, e que nenhuma despesa poderá ser efectuada ilegalmente e se encontre suficientemente discriminada no orçamento e que tenha respectiva cabimentação. Mas o artigo 44º da Lei 79/VI/2005, veio reforçar este princípio contabilístico Municipal, introduzindo um novo termo, que se refere ao princípio da utilização por duodecimal excluído deste Regime as despesas de investimento.

A Contabilidade se caracteriza essencialmente como a ciência do controle, sendo visto como um sistema de informação indispensável para a tomada de decisão e que controla o património de uma entidade, e estabelece o interface entre a fonte de informação, a organização, e os utilizadores dessa informação.

O campo de abrangência de uma ciência é delimitado pelo seu objecto.

Na contabilidade o objecto é sempre o património de uma entidade, definido como o conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, e podendo ser estudados sob os aspectos qualitativos e quantitativos.

Quanto aos aspectos qualitativos, entende-se a natureza dos elementos que o compõem, como meios monetários, valores a receber e apagar, máquinas, veículos, imóveis, estoques de mercadorias, etc.

Quanto ao aspecto quantitativo, analisa-se a expressão dos componentes patrimoniais em valores monetários.

Pereira, (1980), define a Contabilidade como uma ciência de natureza económica, cujo objectivo é a realidade económica de qualquer entidade pública ou privada, analisada em termos quantitativos e por método específico, com o fim de obter as informações indispensáveis à gestão dessa entidade, nomeadamente ao conhecimento da sua situação patrimonial e dos resultados obtidos e ao planeamento e controlo das suas actividades. “*Visa o relato financeiro para o exterior da empresa por via das demonstrações financeiras*”. Borges (2010,) referindo a uma das duas grandes divisões da contabilidade; i) Contabilidade financeira; ii) Contabilidade de Gestão que “*visa o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados e, bem assim, o controlo dos resultados*”.

A contabilidade pública, como ramo da Contabilidade geral tem por objectivo também evidenciar perante os Stakeholders toda a informação dos meios postos a disposição das instituições públicas.

A Contabilidade pública é o ramo da contabilidade geral que estuda, orienta, controla e regista os actos e factos da administração pública, demonstrando o seu património e as suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento.

O registo dos actos é uma das peculiaridades da contabilidade pública. O controlo dos actos da administração pública, que é realizado por meio de contas de compensação, e o controle do orçamento (registo da previsão da receita, fixação da despesa e da sua execução) são uma das principais diferenças entre a contabilidade empresarial e a pública.

A Câmara Municipal como qualquer outra entidade pública usa o sistema de contabilidade geral ou pública, que possui características peculiares de contabilização e de regimes diferentes daquelas aplicadas á sociedades comerciais em geral. A contabilidade pública é aquela, aplicável aos órgãos da administração pública e, por este motivo, tem institutos e conceitos próprios.

Os principais Livros de registos que servem de suporte a recolha de informações e apresentação de contas as instituições fiscalizadoras descrito pela portaria nº 69/81 são os seguintes:

Receitas

- Diário das receitas – Onde se regista todas as receitas cobradas no dia - Instrumento de suporte é o modelo 13 (M13)
- Livro de contas das receitas cobradas – que corresponde à razão na Contabilidade Patrimonial.

Despesas

- Diário das Despesas – onde se regista todas as despesas realizadas no dia - documento suporte é Modelo 31
- Livro de Conta das despesas pagas.

Tesouraria

- Livro de Caixa – Modelo 24
- Livro de Termo de Balanço - Modelo 27, que se encontra no poder do Secretario Municipal.

Mas para além desses, outros livros são considerados de uso obrigatórios, os chamados livros de conta corrente por depósitos nos organismos de crédito, Livro de assento de funcionários e livro de termos de balanço.

4.4.2 - Sistema de informação municipal (SIM)

Noções Gerais do sistema

Trata-se de um repositório único, que vem na sequência da necessidade de uniformização das contas do estado, cujos principais itens estão disponibilizados de forma centralizada, tornando assim mais fácil a uniformização de mapas para posteriores análises financeiras. O sistema apresenta as seguintes estruturas de base da aplicação:

- Classificadores orçamentais

- Classificadores funcionais
- Tipos de movimentos
- Operações de tesouraria

Objectivo

O Sistema surgiu como resultado do processo de reforma da Administração financeira do estado e começou por ser uma aplicação para definição e execução orçamental a nível do poder central, mas dado a instalação do sistema como experiências piloto de sucesso junto de três municípios, nomeadamente o da praia, S. vicente e Sal, foi possível o seu alargamento aos restantes municípios.

Com suporte no SIGOF (*Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira*), que tem dado provas da sua consistência e utilidade, assim adaptou-se o modelo para ser usado nas Câmaras Municipais de uma forma geral, cujo acesso ao sistema só é possível mediante uma conta de utilizador que passa pela criação de um perfil no sistema.

Mas o sistema permite definição e parametrização do orçamento, e criar o ano orçamental, como também definir os orçamentos de funcionamento (Despesas/Receitas), os investimentos e a própria estrutura complementar e ainda permite definir os centros de custos.

O sistema veio substituir todos os livros anteriormente utilizados na secretaria, através da **Intranet Financeira** que é um instrumento de gestão e acompanhamento on-line de forma descentralizada, a execução orçamental e financeira do município. Através desta ferramenta, é possível agilizar a tomada de decisões e precaver-se de eventuais desajustes na execução financeira, e a prestação da conta de gerência.

4.4.3 - Análise orçamental

O Orçamento é o documento contabilístico onde estão previstas todas as despesas e todas as receitas para um período de tempo determinado e que após a sua aprovação pelos órgãos próprios, se converte em lei económica fundamental do governo local.

Funções principais do Orçamento segundo a nova Lei das Finanças Locais de 5 de Setembro de 2005:

- a) Função económica: a afectação de recursos com vista à satisfação das necessidades. Esta função revela também o plano financeiro da autarquia, na medida em que o governo local se propõe aplicar os meios de financiamento que mobiliza;
- b) Função política: reflecte a orientação que o executivo local pretende desenvolver, tendo em conta o seu programa político e eleitoral;
- c) Função jurídica: o orçamento é aprovado pelo órgão deliberativo, mediante proposta do órgão executivo impondo-se como norma reguladora da actividade financeira, uma vez que contém, para além dos montantes e a distribuição das receitas e despesas, também as regras para a sua execução.

Mas a Lei nº 79/VI/2005, não só estipulou aspectos relevantes mas também estabeleceu regras que devem ser respeitadas na sua elaboração:

Autonomia Orçamental – O orçamento do município é independente na sua elaboração, aprovação e execução;

Anualidade – O orçamento é anual e o ano económico coincide com o ano civil;

Unidade e universalidade - O orçamento é unitário e compreende todas as receitas e despesas do Município, As receitas e as despesas dos serviços autónomos municipais deverão ser indicadas, em termos globais no orçamento do Município

Equilíbrio – O orçamento deverá prever os recursos necessários para cobrir as despesas nelas inscritas, e as receitas correntes serão pelo menos iguais às despesas correntes.

Ao elaborar o orçamento os órgãos executivos deverão ter em linha de conta um conjunto de princípios e regras que estão consagrados na Lei de enquadramento orçamental e no regime das finanças locais explícitos na Lei n.º 79/VI/2005. Para melhor análise sobre o equilíbrio orçamental conforme o artigo 24.º da referida lei foi elaborado o quadro abaixo de 2008 a 2012, período em estudo.

Quadro 4 – Equilíbrio orçamental

| Designação | Ano | | | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Receitas | | | | |
| Corrente | 195.117.714,00 | 210.461.452,00 | 226.788.997,00 | 253.597.478,00 |
| Capital | 246.000.000,00 | 149.000.000,00 | 117.500.000,00 | 162.000.000,00 |
| Total | 441.117.714,00 | 359.461.452,00 | 344.288.997,00 | 415.597.478,00 |
| Despesas | | | | |
| Corrente | 156.955.450,00 | 166.834.942,00 | 182.330.497,00 | 201.829.194,00 |
| Capital | 284.162.264,00 | 192.796.510,00 | 161.958.500,00 | 213.768.284,00 |
| Total | 441.117.714,00 | 359.631.452,00 | 344.288.997,00 | 415.597.478,00 |

Fonte: Orçamento da CMPN

Da leitura do quadro pode-se constatar que a CMPN cumpriu o preceituado na lei das finanças locais, apresentando orçamentos equilibrados, tendo previsto os recursos necessários para cobrir todas as despesas e apresentou ao longo dos anos as receitas correntes superiores as despesas correntes respeitando o artigo 24.º no seu número 1 e 2 da Lei das finanças Locais.

Nesta mesma linha, verifica-se também uma tendência crescente dos orçamentos correntes, quer de receitas quer de despesas e oscilações nos orçamentos de capital.

4.4.4 - Execução orçamental

Quadro 5 – Análise da Taxa de Execução dos orçamentos

| Descrição | Orçamento 2009 | | | Orçamento de 2010 | | | Orçamento 2011 | | |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | Previsão | Execução | % | Previsão | Execução | % | Previsão | Execução | % |
| Receitas | | | | | | | | | |
| Receita Corrente | 210.461.452,00 | 188.655.248,00 | 89,64% | 226.788.997,00 | 213.099.203,00 | 93,96% | 253.597.478,00 | 201.976.039,00 | 79,64% |
| Receita de Capital | 149.000.000,00 | 100.497.253,00 | 67,45% | 117.500.000,00 | 138.480.128,00 | 117,86% | 162.000.000,00 | 155.294.722,00 | 95,86% |
| Conta de Ordem | 117.118.000,00 | 51.016.064,00 | 43,56% | 103.073.000,00 | 53.970.555,00 | 52,36% | 81.938.493,00 | 62.966.814,00 | 76,85% |
| Total | 476.579.452,00 | 340.168.565,00 | 71,38% | 447.361.997,00 | 405.549.886,00 | 90,65% | 497.535.971,00 | 420.237.575,00 | 84,46% |
| Despesas | | | | | | | | | |
| Despesas Corrente | 166.834.942,00 | 149.535.608,00 | 89,63% | 182.330.497,00 | 178.030.066,00 | 97,64% | 201.829.194,00 | 180.773.436,00 | 89,57% |
| Despesas de Capital | 192.796.510,00 | 135.582.437,00 | 70,32% | 161.958.500,00 | 161.918.084,00 | 99,98% | 213.768.284,00 | 157.667.292,00 | 73,76% |
| Conta de Ordem | 117.119.000,00 | 46.711.734,00 | 39,88% | 103.073.000,00 | 49.849.570,00 | 48,36% | 81.938.393,00 | 57.669.340,00 | 70,38% |
| Total | 476.750.452,00 | 331.829.779,00 | 69,60% | 447.361.997,00 | 389.797.720,00 | 87,13% | 497.535.871,00 | 396.110.068,00 | 79,61% |

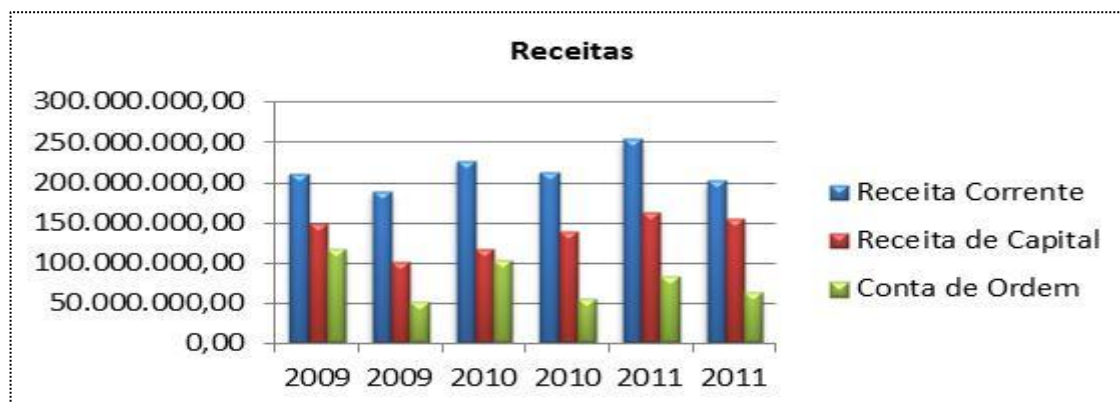
Fonte: Mapa Modelo 3 e 4 de Execução Orçamental de Receitas e Despesas

Atendendo aos anos que se pretende analisar (2009 á 2011), constatou-se que no triénio as taxas de execução de receitas correntes variam entre os 89.64% e os 94% com uma ligeira queda em 2011, mantendo-se próximo dos 80%.

Quanto a receita de capital verifica-se grandes oscilações na sua execução, passando de uma taxa de 67% em 2009, para uma taxa de quase 118% em 2010, retrocedendo em 2011 a uma taxa de 96%, sem por em causa a boa execução orçamental.

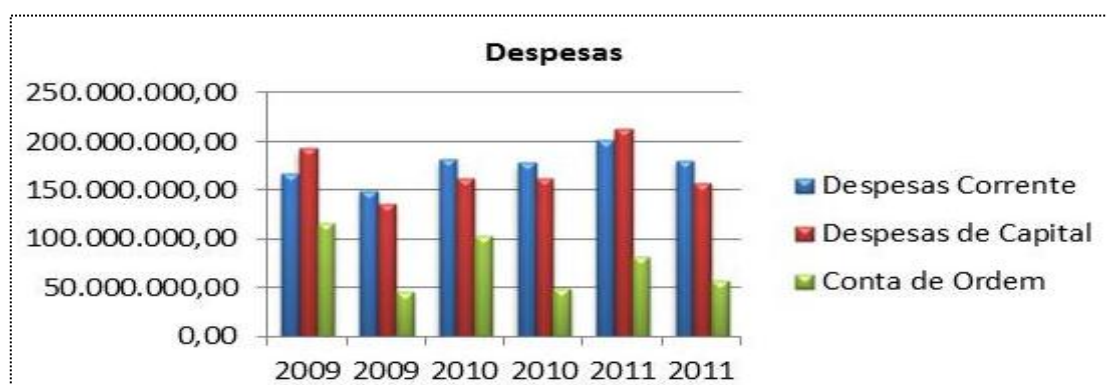
Relativamente aos orçamentos de Despesas Correntes, as taxas de execução rondam os 90%, 98% e 90%, respectivamente, atingindo assim um nível elevado de execução. As taxas de execução das despesas de capital rondam os 70%, 100% e 74%, respectivamente durante o triénio.

Gráfico 1 – Grau de execução orçamental de receitas



O gráfico mostra a estrutura das receitas correntes prevista e executada nos anos de 2009 à 2011, assim como as suas componentes.

Gráfico 2 - Grau de execução orçamental das despesas



O gráfico mostra a estrutura das despesas correntes prevista e executada nos anos em referência, bem como os seus componentes.

4.4.5- Evolução das receitas cobradas

Para a análise deste item houve a necessidade de elaborar o quadro abaixo onde se espelha de forma detalhada a evolução e o peso das receitas em comparação com os anos que antecedem e as respectivas variações.

Quadro 6 – Evolução das receitas cobradas (2009-2011)

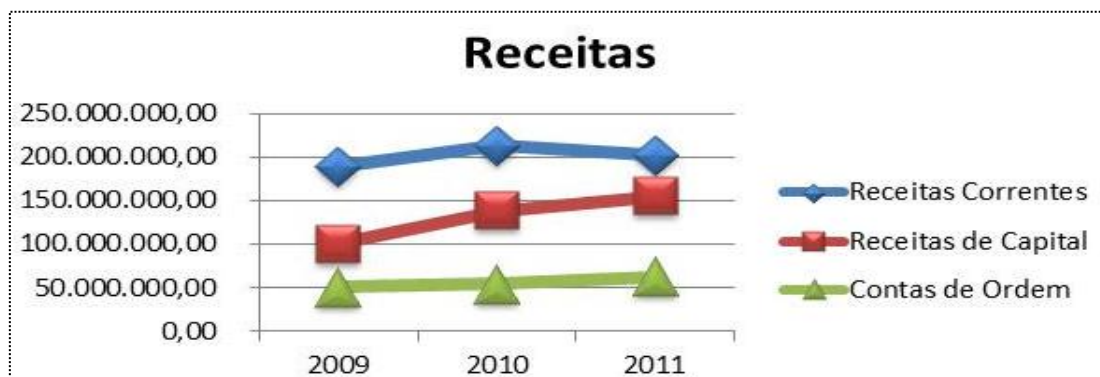
| RECEITAS | 2009 | | 2010 | | 2011 | | Variação | | |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Cobradas | % | Cobradas | % | Cobradas | % | 2009-2010 | 2010-2011 | 2009-2011 |
| Receitas Correntes | | | | | | | | | |
| Impostos | 21.723.671,00 | 6,4% | 23.988.197,00 | 5,91% | 25.188.472,00 | 5,99% | 10,42% | 5,00% | 15,95% |
| Multas e outras penalidades | 272.566,00 | 0,1% | 199.752,00 | 0,05% | 198.168,00 | 0,05% | -26,71% | -0,79% | -27,30% |
| Taxas e preços publicos | 20.080.333,00 | 5,9% | 20.366.254,00 | 5,02% | 20.765.315,00 | 4,94% | 1,42% | 1,96% | 3,41% |
| Transferencias e subsidios correntes obtidos | 140.598.773,00 | 41,3% | 166.675.888,00 | 41,10% | 139.452.944,00 | 33,18% | 18,55% | -16,33% | -0,81% |
| Outras receitas correntes | 5.887.265,00 | 1,7% | 1.752.162,00 | 0,43% | 16.183.747,00 | 3,85% | -70,24% | 823,64% | 174,89% |
| Multas e outras penalidades não fiscais | 92.640,00 | 0,0% | 116.950,00 | 0,03% | 196.393,00 | 0,05% | 26,24% | 67,93% | 112,00% |
| Total das receitas correntes | 188.655.248,00 | 55,5% | 213.099.203,00 | 52,55% | 201.985.039,00 | 48,06% | 12,96% | -5,22% | 7,07% |
| Receitas de Capital | | | | | | | | | |
| Imobilizações corporeas | 91.319.930,00 | 26,8% | 39.934.591,00 | 9,85% | 90.988.645,00 | 21,65% | -56,27% | 127,84% | -0,36% |
| Terrenos | 70.915.587,00 | 20,8% | 39.934.591,00 | 9,85% | 90.898.645,00 | 21,63% | -43,69% | 127,62% | 28,18% |
| Habitação | 1.331.013,00 | 0,4% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | -100,00% | | -100,00% |
| Edifícios | 19.073.330,00 | 5,6% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | -100,00% | | -100,00% |
| Maquinas e equipamentos | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00% | 90.000,00 | 0,02% | | | |
| Passivos Financeiros | 3.000.000,00 | 0,9% | 90.000.000,00 | 22,19% | 59.000.000,00 | 14,04% | 2900,00% | -34,44% | 1866,67% |
| De curto prazo | 3.000.000,00 | 0,9% | 0,00 | 0,00% | 9.000.000,00 | 2,14% | -100,00% | | 200,00% |
| De médio e longo prazo | 0,00 | 0,0% | 90.000.000,00 | 22,19% | 50.000.000,00 | 11,90% | | -44,44% | |
| Transferencias para operações de investimento | 6.177.323,00 | 1,8% | 8.545.537,00 | 2,11% | 5.306.077,00 | 1,26% | 38,34% | -37,91% | -14,10% |
| Transferencias do governo | 6.177.323,00 | 1,8% | 8.545.537,00 | 2,11% | 4.318.215,00 | 1,03% | 38,34% | -49,47% | -30,10% |
| Transferencia do sector privado | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | | | |
| Transferencia do exterior | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00% | 987.862,00 | 0,24% | | | |
| Total das receitas de capital | 100.497.253,00 | 29,5% | 138.480.128,00 | 34,15% | 155.294.722,00 | 36,95% | 37,79% | 12,14% | 54,53% |
| Contas de ordem activa (receitas) | | | | | | | | | |
| Receitas do estado cobradas pelo Municipio | 4.684.995,00 | 1,4% | 5.845.783,00 | 1,44% | 5.315.101,00 | 1,26% | 24,78% | -9,08% | 13,45% |
| Receitas do SAAS | 46.331.069,00 | 13,6% | 48.124.772,00 | 11,87% | 57.651.713,00 | 13,72% | 3,87% | 19,80% | 24,43% |
| Plano Ambiental Municipal | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | | | |
| Total contas de ordem Activa | 51.016.064,00 | 15,0% | 53.970.555,00 | 13,31% | 62.966.814,00 | 14,98% | 5,79% | 16,67% | 23,43% |
| Total Geral | 340.168.565,00 | 100% | 405.549.886,00 | 100% | 420.246.575,00 | 100% | 19,22% | 3,62% | 23,54% |
| Fonte: Modelo II e mapa cpmarativo entre receita orçada e cobrada | | | | | | | | | |

Ao analisarmos o quadro constatamos que o maior peso das receitas correntes concentra-se nas transferências e subsídios correntes que correspondem as taxas de 41.3%, 41.1% e 33.18%, mantendo-se equilibrados nos dois primeiros anos, sofrendo uma diminuição no ano de 2011, devido a dedução pelo Tesouro do valor de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos) no FFM que representa o Fundo de Financiamento Municipal, de seguida as Imobilizações corpóreas que representam uma taxa de 26.8%, 9.85% e 21.65 respectivamente com o contributo proveniente da venda de terrenos. Contudo os empréstimos para investimento representam uma taxa de 22.19% e 14.09% nos últimos dois anos.

As receitas de capital, que correspondem a venda dos terrenos apresentam um decréscimo de 43.5% no período de 2009 á 2010, tendo aumentado deforma significativamente no

período de 2010 á 2011 a volta de 127.62%, sendo o aumento do triénio atingido a cifra de 28.18%.

Gráfico 3 – Evolução das receitas



O gráfico fornece uma imagem da evolução da receita total e das suas componentes no período em causa, com maior destaque nas receitas correntes no que concerne a sua execução.

4.4.6 - Evolução das despesas realizadas

As despesas resultam dos Planos de Actividades e dos Orçamentos aprovados, e essencialmente, dos encargos e responsabilidades decorrentes da prossecução das suas atribuições e competências, designadamente os investimentos em infra-estruturas municipais, os encargos sociais e com o pessoal, as aquisições de bens e serviços, fornecimento de bens e serviços, fornecimentos e serviços externos, transferências correntes, subsídios, juros e outros encargos, outras despesas correntes de capital.

O quadro abaixo espelha a evolução das despesas e suas variações ao longo dos anos em estudo.

Quadro 7 – Evolução das despesas realizadas [2009-2011]

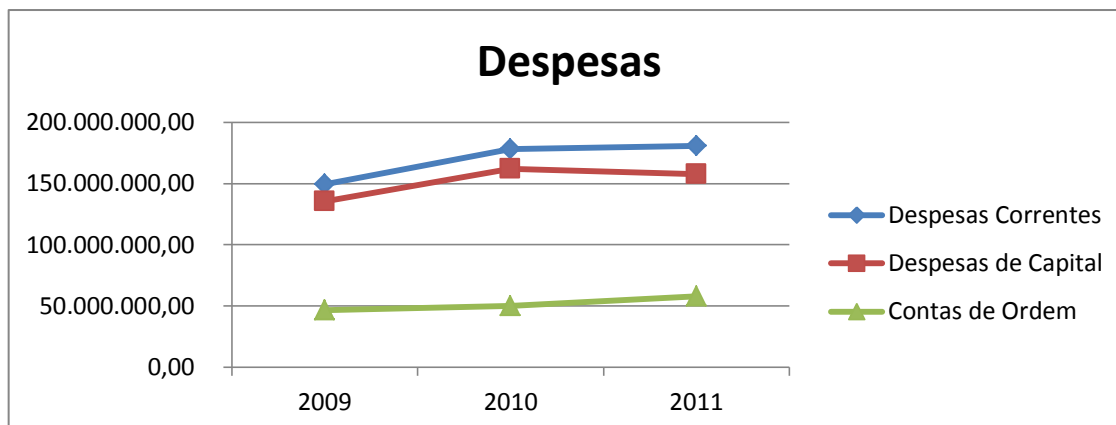
| Rubricas | 2009 | | 2010 | | 2011 | | Variação | | |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Despesas pagas | % | Despesas pagas | % | Despesas pagas | % | 2009-2010 | 2010-2011 | 2009-2011 |
| Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| Despesas Com o Pessoal | 76.370.634,00 | 23,0% | 91.407.938,00 | 23,45% | 91.243.539,00 | 23,03% | 19,69% | -0,18% | 19,47% |
| Aquisicao de Mat. Prod. E Peq. Equipamentos | 1.407.070,00 | 0,4% | 1.615.294,00 | 0,41% | 1.649.551,00 | 0,42% | 14,80% | 2,12% | 17,23% |
| Fornecimentos e Servicos Externos | 26.627.692,00 | 8,0% | 30.624.478,00 | 7,86% | 29.395.243,00 | 7,42% | 15,01% | -4,01% | 10,39% |
| Transferencias Correntes C.e subsidios | 29.949.073,00 | 9,0% | 36.989.690,00 | 9,49% | 30.340.659,00 | 7,66% | 23,51% | -17,98% | 1,31% |
| Outras Despesas Correntes | 396.806,00 | 0,1% | 380.167,00 | 0,10% | 3.310.281,00 | 0,84% | -4,19% | 770,74% | 734,23% |
| Encargos Financeiros | 7.514.985,00 | 2,3% | 8.444.470,00 | 2,17% | 15.558.814,00 | 3,93% | 12,37% | 84,25% | 107,04% |
| Despesas Comuns | 7.269.348,00 | 2,2% | 8.568.029,00 | 2,20% | 9.275.349,00 | 2,34% | 17,87% | 8,26% | 27,60% |
| Total das Despesas correntes | 149.535.608,00 | 45,1% | 178.030.066,00 | 45,67% | 180.773.436,00 | 45,64% | 19,06% | 1,54% | 20,89% |
| Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| Investimentos | 112.642.944,00 | 33,9% | 140.129.192,00 | 35,95% | 126.988.500,00 | 32,06% | 24,40% | -9,38% | 12,74% |
| Amortizacao dos Passivos Financeiros | 22.939.493,00 | 6,9% | 21.788.892,00 | 5,59% | 30.678.792,00 | 7,75% | -5,02% | 40,80% | 33,74% |
| Outras Despesas de Capital | | | | | | | | | |
| Total das Despesas correntes | 135.582.437,00 | 40,9% | 161.918.084,00 | 41,54% | 157.667.292,00 | 39,80% | 19,42% | -2,63% | 16,29% |
| Contas de ordem Passivas (Despesas) | | | | | | | | | |
| Receitas do estado cobradas pelo Municipio | 380.655,00 | 0,1% | 1.724.798,00 | 0,44% | 17.627,00 | 0,00% | 353,11% | -98,98% | -95,37% |
| Despesas do SAAS | 46.331.069,00 | 14,0% | 48.124.772,00 | 12,35% | 57.651.713,00 | 14,55% | 3,87% | 19,80% | 24,43% |
| Plano Ambiental Municipal | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | | | |
| Total contas de ordem Passiva | 46.711.724,00 | 14,1% | 49.849.570,00 | 12,79% | 57.669.340,00 | 14,56% | 6,72% | 15,69% | 23,46% |
| Total Geral | 331.829.769,00 | 100% | 389.797.720,00 | 100% | 396.110.068,00 | 100% | 17,47% | 1,62% | 19,37% |
| Fonte: Modelo II e mapa comparativo entre despesas orçada e paga | | | | | | | | | |

Como se pode verificar as despesas correntes tem maior peso em toda a estrutura global das despesas contribuindo com uma média de 45% durante o triénio com uma variação de aproximadamente de 21%.

É de salientar que os Fornecimentos e Serviços Externos e as Transferências Correntes Concedidas e Subsídios, tem um peso significativo no valor global da despesa, com 8% e 9% respectivamente ao longo do triénio. Enquanto as outras despesas correntes e os encargos financeiros apresentam variações no triénio que atingiram 734,23% e 107%, respectivamente.

As despesas com o pessoal e os Investimentos são as rubricas que detém maior peso na estrutura global de despesas, com uma média no triénio de 23% e 33%, respectivamente.

Gráfico 4 - Evolução das despesas



O gráfico espelha a imagem da estrutura da despesa total prevista e efectuada assim como as suas componentes e de forma clara a execução orçamental.

4.4.7 - Endividamento Municipal

A Lei n. 79/VI/2005, define os princípios e regras pelas quais os Municípios podem contrair empréstimos junto das instituições autorizadas a conceder crédito, bem como emitir obrigações e elaborar contractos de locação financeira para financiar investimentos Municipais. Partindo deste pressuposto a CMPN nos últimos anos contraiu dívidas junto a Banca que até Outubro de 2012, ascendiam ao valor de **231.598.594\$00** (duzentos e trinta e um milhões quinhentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e quatro escudos).

As dívidas da Câmara Municipal do Porto Novo, até Outubro de 2012, ascendiam ao valor de **325.674.864\$00** (trezentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro escudos), assim discriminadas no quadro abaixo:

Quadro 8 - Endividamento Municipal

| Descrição | Valor | % |
|---------------------------|-----------------------|-------------|
| Dividas a Banca | 231.598.594,00 | 71,11% |
| Dividas ao Estado | 27.407.129,00 | 8,42% |
| Dividas aos Fornecedores | 66.669.141,00 | 20,47% |
| Total | 325.674.864,00 | 100% |
| Fonte: Elaboração propria | | |

Ao analisar o quadro verificamos que a divida a banca corresponde a 71,11% do valor do total da divida da CMPN, onde as dividas ao estado correspondem a 8,42% e os 20,47% correspondem a dividas aos fornecedores.

Mas as dividas a Banca dizem respeito aos Empréstimos de curto, médio e longo prazo. A lei, além de definir princípios e regras para obtenção de crédito, define o papel dos órgãos executivos (CMPN) e deliberativo (AM) no processo e aponta os limites legais do endividamento de curto prazo.

Gráfico 5 – Endividamento Municipal



O gráfico mostra o peso da dívida da CMPN, com ênfase na dívida a banca que corresponde a 71.11%, em relação ao total da dívida.

Para a sua melhor compreensão elaboramos o seguinte quadro que define o limite legal do endividamento.

Quadro 9 – Limite legal do endividamento de curto prazo

| Descrição | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Empréstimo de CP-Reforço de Tesouraria | 5.000.000,00 | | | |
| Empréstimo de CP-Reforço de Tesouraria | | | | 4.000.000,00 |
| Empréstimo de CP-Reforço de Tesouraria | | | | 5.000.000,00 |
| total do endividamento de Curto Prazo (1) | 5.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.000.000,00 |
| Receita Efectivacobrada no ano n-1 (2) | 328.524.340,00 | 359.414.288,00 | 286.152.501,00 | 261.579.331,00 |
| Limite legal do Recurso ao credito (3) =(2)*10% | 32.852.434,00 | 35.941.428,80 | 28.615.250,10 | 26.157.933,10 |
| Calculo da percentagem orçado (4) | 1,52% | 0,00% | 0,00% | 3,4% |
| Percentagem do limite legal (5)=(1)/(3) | 15,22% | 0,00% | 0,00% | 34,41% |
| Fonte: Contas de Gerencia e Mapa de Empréstimos Obtidos | | | | |

Pela análise do quadro, a CMPN respeitou o preceituado na lei no que tange ao endividamento de Curto Prazo, tendo atingido percentagens de utilização que variam dos 15.22% e 34.41% nos anos referenciados, e ao valor orçado varia entre 1.52% e 3.4%.

No âmbito das suas competências, para além dos empréstimos de curto prazo, a CMPN contraiu empréstimos de médio e longo prazo para fins de investimentos Municipais conforme quadro abaixo:

Quadro 10 – Empréstimos de médio e Longo Prazo

| Ano | Instituição Credito | Valor | Anos de Amotizacao |
|----------------------------------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| 2008 | BCA | 40.000.000,00 | 15 |
| 2010 | BCA | 80.000.000,00 | 10 |
| 2011 | CECV | 50.000.000,00 | 15 |
| Total | | 170.000.000,00 | |
| Fonte: elaboração propria | | | |

Mas segundo o nº 10 do artigo 8º da citada lei, os encargos anuais com amortização e juros de crédito de médio e longo prazo não podem exceder os seguintes limites:

- 15% Das receitas correntes, incluindo transferências a que os municípios têm direito.
- 25% Dos investimentos realizados pelo Município no ano anterior.

Para efeito de verificar o cumprimento do estipulado no nº 10 do referido artigo convem analisar o quadro seguinte:

Quadro 11 - Limite legal do endividamento de médio e longo prazo

| Ano | Receitas Correntes cobradas (ano Anterior) | | Investimentos pagos (ano Anterior) | | Encargos anuais dos empréstimos | Limite legal (15%) | Limite legal (25%) |
|--------------|--|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| | Montante | 15% | Montante | 25% | | | |
| 2008 | 153.101.688,00 | 22.965.253,20 | 155.890.008,00 | 38.972.502,00 | 4.477.728,00 | 19,50% | 11,49% |
| 2009 | 239.071.912,00 | 35.860.786,80 | 145.346.745,00 | 36.336.686,25 | 8.578.615,00 | 23,92% | 23,61% |
| 2010 | 188.655.248,00 | 28.298.287,20 | 112.642.944,00 | 28.160.736,00 | 20.746.913,00 | 73,32% | 73,67% |
| 2011 | 213.099.203,00 | 31.964.880,45 | 140.129.192,00 | 35.032.298,00 | 26.255.310,00 | 82,14% | 74,95% |
| Total | 793.928.051,00 | 119.089.207,65 | 554.008.889,00 | 138.502.222,25 | 60.058.566,00 | 50,43% | 43,36% |

Fonte: Mapa dos empréstimos obtidos modelo 9-

Da análise do quadro verifica-se que ao longo do período referenciado, os encargos anuais dos empréstimos não excederam os limites fixados na lei supracitada, variando entre os 19.50% a 82.14% das receitas correntes e 11.49% a 74.95% dos investimentos.

4.4.8 – Dívidas de terceiros

A Contabilidade Municipal não prevê as dívidas de terceiros para com a Instituição, como se pode verificar nos relatórios de contas, e não podia ser de outra forma uma vez que as CM utilizam o sistema de Contabilidade Orçamental, cujo período de vigência é de um ano e pelo regime de caixa. Apesar de contabilisticamente não se encontrar nada sobre as dívidas, durante a investigação conseguimos efectuar o levantamento nos registos tanto do sistema (SIM) para IUP como em registo individual de controlo interno, criados para o efeito, que em situação normal diminuía o resultado do exercício.

Para uma melhor análise das dívidas, elaboramos o quadro abaixo:

Quadro 12 - Dividas de terceiros até 2012

| Terrenos | | Particulares | Renda | Total |
|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Foro | Prestação | IUP | Moradias | |
| 91.409,00 | 6.687.752,00 | 26.813.236,00 | 0,00 | 33.592.397,00 |
| 1.249.409,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.249.409,00 |
| 314.418,00 | 0,00 | 0,00 | 4.407.896,00 | 4.722.314,00 |
| 546.654,00 | 0,00 | 0,00 | 3.569.684,00 | 4.116.338,00 |
| 474.783,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 474.783,00 |
| 2.676.673,00 | 6.687.752,00 | 26.813.236,00 | 7.977.580,00 | 44.155.241,00 |

Fonte: Elaboração propria

Da análise do quadro verificamos que a divida de Terceiros para com a CM ascende ao valor de 44.155.241\$00 (quarenta e quatro milhões cento e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e um escudos), apesar de legalmente não ser permitido a sua discriminação nos registos contabilísticos e não aparecem na apresentação de contas.

Para a sua compreensão e o calculo do peso da divida elaboramos o gráfico seguinte:

Gráfico 6 – O peso da Divida de Terceiros



Ao analisar o gráfico verificamos que o maior peso da divida de terceiros, recai sobre o IUP, com 61% do total da divida, o que demonstra a incapacidade da CM, na cobrança de receitas. As dívidas de terrenos correspondem a 21%, já incluídos os aforamentos cujo prazo de pagamento é de longo prazo (40 anos) e as rendas correspondem a cedência de

moradias com preços sociais e atinge 18%, dos quais a CM também não tem conseguido aplicar os mecanismos de cobrança postos a sua disposição.

4.5 - Contabilidade do SAAS-PN- Caso particular

4.5.1 - Objectivos e atribuições

A Contabilidade no SAAS-PM surgiu da necessidade de dispor de um conjunto de informações capazes de contribuir para o seu melhor funcionamento e responder a várias solicitações de instituições, principalmente da CMPN e a Agência de Regulação Económica (ARE) que necessitavam dessas informações para estabelecer o preço da Água potável. O PNCPCV prevê a existência de Serviços Autónomos com Autonomia Económica e Financeira, que funcionam com o Regime de Contabilidade Empresarial.

- O SAAS-PN tem por objecto a captação, produção, transporte, armazenamento, distribuição e venda de água potável.
- Tem ainda por objecto o serviço de saneamento com a recolha, evacuação, tratamento e reutilização dos resíduos sólidos, e a gestão dos sistemas de evacuação de esgotos.

Para além desses objectivos o SAAS-PN tem por atribuições, a direcção, coordenação e a realização de acções que visem a materialização da política definida para o sector de abastecimento de água e saneamento, competindo-lhe designadamente:

- a) Ocupação da gestão do sistema municipal de abastecimento de água, nos termos Estabelecimento e gestão dos sistemas municipal de esgotos, descargas, evacuação e reutilização de águas residuais e pluviais;
- b) Estabelecimento e gestão dos sistemas de drenagem pluvial;
- c) Estabelecimento de uma rede de tratamento e controlo de qualidade de água;
- d) Promoção de estudos e elaboração de programas de construção, ampliação, exploração e conservação das redes de água e de esgoto;
- e) Promoção de estudos com vista à instalação de estação de tratamento de águas residuais e pluviais;
- f) Estabelecimento e reutilização ou descarga de esgotos

4.5.2 - Organização

O SAAS-PN, foi criado em Fevereiro de 2005, cujo Estatuto foi publicado no B O N ° 6, II SÉRIE de 16 de Fevereiro de 2005, definindo-o como um serviço municipalizado, sem personalidade jurídica, com autonomia administrativa, comercial, económica e financeira, com as seguintes órgãos de direcção:

- O Conselho da Administração
- O Director – Delegado
- O Conselho Consultivo ou de Coordenação

O Conselho de administração é constituído por um Presidente e dois vogais, com os seguintes membros:

- Um Vereador que exerce as funções de Presidente;
- Dois vogais escolhidos de entre cidadãos de reconhecida idoneidade e capacidade técnica e empresarial, que poderão não ter qualquer vínculo laboral com a administração municipal.

Compete a Câmara Municipal designar e nomear os membros do Conselho de Administração, cujo período de vigência é de um ano, renovável.

Compete ao conselho da Administração superintender e fiscalizar a gestão de Serviço Autónomo de Água e Saneamento e assegurar, através do Director – Delegado, o desenvolvimento empresarial e técnico desse serviço, cabendo-lhe ainda traçar as orientações gerais e de política de água e saneamento local, nomeadamente nos aspectos referentes aos investimentos e de fixação de tarifas.

4.5.3 - Sistema de prestação de contas

O SNCRF, aprovado pelo Decreto-Lei – 5/2008 de 4 de Fevereiro de 2008, tinha como objectivo primordial, harmonizar as normas de Contabilidade de Cabo Verde com as normas internacionais, e estabelecer as normas de relato financeira, através da criação de bases para a apresentação de demonstrações financeiras nomeadamente quanto a estrutura e conteúdo do balanço, da demonstração dos resultados, seja por natureza ou por funções,

da alteração das alterações do capital próprio e do anexo, por forma assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras, da entidade, apresentadas no período anterior, quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Mas as demonstrações Financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão dos recursos a ele confiado, e para satisfazer este objectivo, as demonstrações financeiras, proporcionam informação a cerca de:

- a) Activos
- b) Passivos
- c) Capital Próprio
- d) Rendimentos (réditos e ganhos)
- e) Gastos (gastos e perdas)
- f) Outras alterações no capital próprio; e
- g) Fluxos de Caixa

Actualmente com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) verificou-se um impacto crucial ao nível do relato da informação financeira, que afecta todos aqueles que trabalham em ou para empresas, em virtude do enraizamento da prática decorrente do Plano Oficial da Contabilidade (POC).

O novo SNCRF apresenta na sua composição os seguintes instrumentos;

- Base para a apresentação das demonstrações financeiras;
- Modelos de demonstrações financeiras;
- Código de contas;
- Normas contabilísticas e de relato financeira (Incluindo norma específica para entidades de menor dimensão e sem fins lucrativos);
- Normas interpretativas.

Mas a estrutura conceptual do SNCRF define, no seu parágrafo 6, um conjunto completo de demonstrações financeiras tendentes a prestação de contas.

O SAAS-PN, como referimos atrás é uma empresa que iniciou a sua actividade em 2005, com autonomia Administrativa e financeira, que gere os seus próprios recursos com

contabilidade empresarial baseado no novo SNCRF, e para melhor compreensão analisamos as contas dos anos de 2008 á 2011.

Quadro 13 - quadro síntese do balanço do SAAS-PN [2008-2011]

| Designação | Ano | | | |
|------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Activos não correntes | 3.600.486,00 | 1437406 | 628277 | 23889 |
| Activos Correntes | 20.344.876,00 | 31.143.736,00 | 42.876.247,00 | 51.375.697,00 |
| Total do Activo | 23.945.362,00 | 32.581.142,00 | 43.504.524,00 | 51.399.586,00 |
| Capital | 17.907.556,00 | 17.907.556,00 | 17.907.556,00 | 17.907.556,00 |
| Resultados Transitados | 3.346.524,00 | -19.357.991,00 | -45.822.534,00 | -67.306.970,00 |
| Resultado liquido Periodo | -22.704.515,00 | -26.464.543,00 | -21.484.436,00 | -25.590.399,00 |
| Total Capital proprio | -1.450.435,00 | -27.914.978,00 | -49.399.414,00 | -74.989.813,00 |
| Passivo não correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Correntes | 25.395.797,00 | 60.496.120,00 | 92.903.938,00 | 126.389.399,00 |
| Total do Pasivo | 25.395.797,00 | 60.496.120,00 | 92.903.938,00 | 126.389.399,00 |
| Total c. proprio e passivo | 23.945.362,00 | 32.581.142,00 | 43.504.524,00 | 51.399.586,00 |

Fonte: Elaborado apartir dos mapas do balanço de 2008 á 2011

Da análise do quadro verifica-se que os activos não correntes vão diminuindo ao longo do quadriénio, demonstrando que a empresa não vem investindo nos activos fixos tangíveis, enquanto os activos correntes vem aumentando, justificado pelo aumento dos clientes. O Capital manteve constante durante os quatros anos e os resultados líquidos oscilam negativamente sendo o ano de 2009 a registar o maior aumento e capital próprio aumentando negativamente ao longo dos quadros anos. O passivo não corrente manteve-se sempre nulo e passivo corrente vai aumentando significativamente devido ao aumento da divida com o seu principal fornecedor.

4.6 - Contas de gerência

A CG é composta por uma grande variedade de documentos (na sua maior parte documentos simples), não só do ponto de vista da sua tipologia, mas também, no que se refere ao respectivo conteúdo/assunto.

Na maior parte dos casos trata-se de documentação original. A informação que consta da CG é levantada, por quem a elabora, a partir de uma multiplicidade de documentos gerados no contexto das actividades do ano anterior.

Por este motivo, dizemos que a "Conta de Gerência" é uma série secundária, uma vez que vai buscar o seu conteúdo informacional na informação primária (duplicada ou não), produzida e acumulada no ano transacto pela instituição a que se reporta. De acordo com o estipulado no artigo 58º da lei nº 79/VI2005 de 5 de Setembro, que regula o novo regime das finanças Locais, as contas de gerência dos Municípios são elaboradas pelo serviço municipal competente, sob a responsabilidade do Presidente da Câmara, que o submeterá a CM para efeito de aprovação, até 1 de Março do ano seguinte a que respeitar.

O Decreto-lei não só estabelece prazos para a execução, mas também prazos para a sua apresentação e aprovação, que se situa entre 1 de Março do ano seguinte a que diz respeito a 30 de Junho, período no qual deverá ser entregue ao julgamento pelo tribunal de contas com ou sem apreciação da Assembleia Municipal (Artigos 1,2,3 e 4).

O TC, na qualidade de órgão de fiscalização externa, veio através da resolução nº 6/2011, aprovar um conjunto de instruções para a prestação de contas das entidades centrais e Municipais, dos quais anexamos alguns relacionados com o Município (**Anexos**).

No que se refere aos Municípios, seus serviços autónomos e associações e a Organismos e Serviços com autonomia financeira, incluindo os fixados no estrangeiro o artigo 2º do nº2 menciona os documentos pelo qual deverá ser apresentado a conta de gerência, apontando o Plano Nacional da contabilidade Publica como referência.

A resolução nº6/2011, aponta as formas pelas quais as contas de gerência deverão ser apresentadas seguindo os modelos estabelecidos na lei, e apresentadas por fluxos de:

- a) Recebimentos;
- b) Pagamentos; e

Que os fluxos de recebimentos se encontram estruturados da seguinte forma:

- a) Saldo da Abertura que discrimina os montantes provenientes do saldo da gerência anterior, relativamente à execução orçamental, a operação de tesouraria e a fluxos extra-orçamentais; i) O saldo de abertura que diz respeito à execução orçamental e operações de tesouraria devem estar discriminados por montantes em cofres e em bancos;
- b) As receitas orçamentais arrecadadas devem estar discriminadas por tipo: correntes e de Capital;
- c) As operações de tesouraria retidas e/ou depositadas a título transitório pela entidade discriminadas por i) receitas do Estado; ii) Outras operações;
- d) Fluxos Extras orçamentais de entrada a serem retidas pela entidade, de acordo com a lei.

E que os fluxos de pagamentos se encontram estruturados da seguinte forma:

- a) Despesas orçamentais efectuadas, que devem estar discriminadas por tipo:
 - Correntes e de Capital.
- b) Operações de tesouraria entregues ao Estado pela entidade discriminadas por: i) Receitas do Estado e Outras operações de Tesouraria;
- c) Fluxos extra-orçamentais de saída a serem entregues pela entidade, de acordo com a lei;
- d) Saldo de encerramento que discrimina os montantes que transitam para a gerência seguinte, relativamente à execução orçamental, a operações de tesouraria e a fluxos extra-orçamentais;
 - O saldo de encerramento relativamente à execução orçamental e operações de tesouraria deve estar discriminado por montantes em cofre e em bancos.

Quanto às receitas, a referida resolução estabelece que elas deverão ser apresentadas de acordo com as suas fases tal como prevista na lei, ou seja, Orçamentação, Liquidação e Recebimento. Para uma melhor apresentação e cumprimento da lei, a receita orçamentada deverá discriminar a dotação inicial, bem como os valores corrigidos e as alterações efectuadas ao longo do exercício; a receita liquidada deverá ser estruturada de forma a distinguir os montantes liquidados relativos a exercícios anteriores e ao exercício corrente;

a receita realizada deverá corresponder aos montantes efectivamente recebidos discriminados entre exercícios anteriores e exercício corrente.

Tal qual acontece com as receitas, as despesas também são apresentadas por fases, tal como está previsto na lei, ou seja, Orçamentação, Cabimentação, Compromisso, Liquidação e Pagamento.

Para uma melhor compreensão da elaboração das contas de gerência e do cumprimento da lei analisamos o Acórdão nº 6/2012 e o Acórdão 7/201, relacionados com o julgamento das contas de gerência da CMPN nos anos 2004 e 2005, respectivamente, onde se elaborou o seguinte quadro, sintetizando a gestão financeira da Edilidade nos anos acima referenciados.

Quadro 14 – Quadro síntese da posição financeira 2004-2005

| Designação | Ano | |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2004 | 2005 |
| Débito | | |
| Saldo da Gerencia anterior | 87.213.847,95 | 49.480.295,60 |
| Documentos em Confre | 68.927.238,00 | 74.654.485,00 |
| Bancos | 58.364,20 | 726.885,60 |
| Fundos Extra municipal | 18.228.245,75 | 0,00 |
| Saldo anterior convertido em receitas | 0,00 | -25.901.075,00 |
| Receita total | 138.912.645,70 | 173.891.049,00 |
| Receita Municipal | 130.067.981,70 | 142.708.886,00 |
| Receita extra-Municipal | 8.844.664,00 | 25.620.346,00 |
| Descontos efectuados | 5.816.164,00 | 5.561.817,00 |
| Receitas do Estado | 5.722.596,00 | 3.989.572,00 |
| Operações de tesouraria | 93.568,00 | 1.572.245,00 |
| Total..... | 231.942.657,65 | 228.933.161,60 |
| Crédito | | |
| Despesas fundos municipais | 123.411.302,00 | 126.406.089,00 |
| Saída de fundos extra-municipais | 5.573.279,00 | 22.831.708,25 |
| Descontos entregues | 3.204.326,00 | 3.125.130,00 |
| Receitas do Estado | 2.907.030,00 | 3.125.130,00 |
| Operações de tesouraria | 297.296,00 | |
| Saldo para a gerencia seguinte | 96.881.000,75 | 78.972.379,20 |
| Documentos em cofre | 74.654.485,00 | 70.690.178,00 |
| Em Bancos | 726.885,00 | 8.282.201,20 |
| Fundos Extra municipal | 21.499.630,75 | |
| Total..... | 229.069.907,75 | 231.335.306,45 |
| Diferença +/- | 2.872.749,90 | -2.402.144,85 |

Fonte: Elaboração Propria

Da análise do AT de contas no que concerne ao julgamento das duas contas de gerência acima citadas e explícitas no quadro síntese da gestão financeira da edilidade durante o ano de 2004 e 2005, cabe-nos apontar algumas irregularidades que dizem respeito ao tema do trabalho.

Referenciando a conta de gerência de 2004 o TC aponta os seguintes factos:

- Uma diferença entre o total da saída (crédito) de fundos, incluindo o saldo de encerramento da conta, e total da entrada (débito), no valor de 2.872.749\$30,

dando indícios de violação do nº1 do artigo 66º do Decreto-lei 47/80, no que concerne ao balanço da tesouraria;

- b) Falta de remessa dos descontos efectuados em sede do IUR aos cofres do Estado;
- c) O valor dos empréstimos de curto prazo contraídos pela CMPN teria ultrapassado os 10% das receitas correntes, violando assim o artigo 7º nº 2 da Lei nº 76/V/98 revogado pela Nova Lei das Finanças Locais (Lei 79/VI/2005).
- d) Existência de documentos em cofre que representam pagamentos efectuados, sendo que muitas deles insuficientemente justificados e outros sem lei prévia permissiva, violando os princípios elementares do controlo orçamental, artigo 28º nº 2 do Decreto-Lei nº 47/80.

A semelhança da Conta de Gerência de 2004, a conta de 2005 foi julgada e o tribunal detectou os seguintes factos que indiciou irregularidades:

- a) Não retenção do IUR na fonte aquando do pagamento de diversos serviços prestados por terceiros à CMPN,
- b) Pagamento de despesas sem autorização do Presidente da Câmara;
- c) Despesas pagas sem suporte documental suficiente, apontando a falta de recibos dos beneficiários;
- d) Indícios de cobranças de receitas e não contabilizadas pelos serviços de contabilidade e/ou pagamentos efectuados, mas que de facto não poderão ter sido concretizados.

O TC aponta essas irregularidades como consequências das fragilidades do sistema de controlo interno, já detectadas na auditoria efectuada em 2005.

Como referimos, foram analisados os acórdãos nºs 6/2012 e 7/2012 correspondentes às contas de gerência de 2004 e 2005, pois entendemos que se ambas foram aprovadas é porque os pressupostos legais contabilísticos foram cumpridos durante a gerência.

Segue abaixo o quadro onde constam os lançamentos dos pareceres finais do Tribunal de Contas referente ao julgamento das contas.

Quadro 15- Aprovação de contas pelo tribunal de contas

| Exercício | Data Julgamento | Relator | Juiz | Resultado Final |
|-----------|-----------------|------------------------|-----------------------------|-----------------|
| 2004 | 16-04-2013 | Horacio Dias Fernandes | José Pedro da Costa Delgado | Aprovado |
| 2005 | 16-04-2013 | Horacio Dias Fernande | José Pedro da Costa Delgado | Aprovado |

Fonte: Relatório do Tribunal de Contas - Adaptado

Como se pode observar na tabela, as duas contas foram aprovadas na mesma data, ou seja ambos levaram 8 e 9 anos respectivamente a serem aprovados, mostrando assim a incapacidade do Tribunal de contas e responder as exigências da dinâmica dos Municípios.

4.7 - Análise de relatório da inspecção

Por despacho do Sr. Inspector-Geral das Finanças datada de 18 de Outubro de 2012 e enquadrado nos objectivos estratégicos de controlo e avaliação do desempenho de gestão dos serviços integrantes do Sector Publico Administrativos, foi indigitado uma equipa constituída por dois inspectores de finanças para proceder a uma inspecção administrativa, financeira e patrimonial da Câmara Municipal do Porto Novo. Com base nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 48.º, da lei n.º 79/VI/95, de 5 de Setembro 2005, que aprova o Regime financeiro das Finanças Locais, conjugado com o artigo 124.º da Lei n.º 134.º/IV/95 de 5 de Setembro, que prova o Estatuto dos Municípios, foi realizada a inspecção focalizada essencialmente, nas seguintes áreas:

- Sistema de Controlo Interno
- Receitas Despesas com o pessoal
- Aquisições públicas de bens e serviços
- Transferências e Subsídios

- Endividamento

A referida inspecção tinha como objectivos essenciais os seguintes:

- Levantamento dos sistemas de controlo interno e informações contabilísticas, a fim de avaliar o nível de controlo interno e a fiabilidade das informações financeiras;
- A verificação do cumprimento da legalidade e regularidade nos actos praticados pelo executivo no âmbito das suas competências e atribuições;
- Verificação dos procedimentos dos registos contabilísticos de receitas e despesas, bem como a conformidade legal e material das despesas;
- Análise da situação económica e financeira do Município, a partir dos documentos de prestação de contas;

Da análise do SCI a equipa de inspecção é de opinião que existe um sistema de controlo interno, uma vez que há uma definição clara de autoridade e há uma segregação de funções (autorização, execução e controlo), que são dois princípios base de controlo interno. Mas a equipa inspectiva verificou os pontos fracos no Sistema de controlo interno que passamos a transcrever:

- ⇒ Inexistência de manual do sistema de controlo interno para as operações de controlo não abrangidas pelo existente manual do SIM.
- ⇒ Não há delegação de competência no Secretário Municipal para a autorização de despesas, embora vinha autorizando despesas;
- ⇒ Não há cumprimentos dos prazos legais no envio de documentos de prestação de contas ao Tribunal de contas,
- ⇒ Não entrega ao Estado (DGCI) e (INPS) dos descontos efectuados sobre os salários dos funcionários e dos impostos não municipais cobrados pelo Município;
- ⇒ Falta de transparência no processo de recrutamento do pessoal para a Câmara, devido a não realização e publicitação dos concursos para preenchimento de vagas;
- ⇒ Contratos sujeitos ao visto do tribunal de contas assinados sem esse visto;

- ⇒ Não é efectuado o controlo diário da tesouraria nem mensal através do balanço ao cofre;
- ⇒ Não há conta corrente e por conseguinte, não se faz a reconciliação com (i) os Fornecedores; (ii) os empreiteiros; (iii) o Estado (DGCI e INPS);
- ⇒ Não há um inventário do Património da CMPN, adequadamente organizado.

A Inspeção foi efectuada a partir de 23 de Julho de 2007. Mas, recentemente, foi realizada uma nova inspecção á 29 de Outubro de 2012, referente ao mandato da equipa Camarária cessante. Dando seguimento aos objectivos da inspecção, foi analisada a execução orçamental e a equipa conclui que a CMPN apresentou orçamentos equilibrados ao longo dos anos em análise, cumprindo assim o preceituado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 24º da Lei 79/VI/2005. Quanto ao endividamento de curto, médio e longo prazo, ficou provado que a CMPN, cumpriu a lei no que concerne ao limite legal do endividamento, bem como recebeu autorização do órgão deliberativo com competência para autorizar, que é a Assembleia Municipal.

Quanto às Obrigações fiscais, a equipa constatou que relativamente aos recibos de terceiros referentes a serviço prestados, a CMPN, enquanto entidade contratante e responsável pela retenção na fonte do imposto sobre os rendimentos de prestação de serviços passíveis de tributação em sede do IUR, não tem cumprido as responsabilidades consagradas no orçamento do estado. Também não tem efectuado consulta a diversos fornecedores na aquisição de bens e serviços.

4.7.1 - Balanço a tesouraria

O Balanço a Tesouraria faz parte de uma das prerrogativas da lei, no que concerne ao controlo interno nas Autarquias Locais, cujas escrituras dos factos são registados no Livro de Termo de balanço (modelo 27) que se encontra na responsabilidade do Secretario Municipal. Ao abrigo do n.º 1 do artigo 66º do Decreto-Lei 47/80, os cofres da tesouraria são balanceados, particularmente:

- ❖ Mensalmente, até ao 5 dia de cada mês
- ❖ No último dia da Gerência
- ❖ Nas visitas de inspecção, e

❖ Sempre que há transição dos responsáveis pela Gestão ao do Tesoureiro.

A equipa inspectiva constatou que não é uma prática na Câmara Municipal efectuar balanço ao cofre mensalmente, mas no cumprimento da lei supracitada a equipa efectuou o balanço para o apuramento do saldo contabilístico tendo apurado o seguinte saldo conforme quadro seguinte:

Quadro 16 - Apuramento do saldo contabilístico

| Ano | Saldo Anterior | Saldo orçamental Deduzido | Receita Cobrada | Despesa paga | Saldo a Transitar |
|---------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Jul-07 | 91.584.870,00 | | 206.299.542,00 | 142.031.103,00 | 155.853.309,00 |
| 2009 | 155.853.309,00 | 80.615.929,00 | 459.799.714,00 | 450.928.751,00 | 84.108.343,00 |
| 2010 | 84.108.343,00 | 5.398.254,00 | 349.055.003,00 | 348.106.841,00 | 79.658.251,00 |
| 2011 | 79.658.251,00 | 794.476,00 | 424.958.383,00 | 406.353.786,00 | 97.468.372,00 |
| 2012 | 97.468.372,00 | 15.752.166,00 | 428.189.959,00 | 402.249.967,00 | 107.656.198,00 |
| Out-12 | 107.656.198,00 | 24.128.507,00 | 275.021.002,00 | 181.729.728,00 | 176.818.965,00 |

Fonte: Extraído do Relatório da Auditoria

Como se pode verificar no quadro que o saldo contabilístico apurado pela equipa de inspectores ascende a um valor de 176.818.965\$00 (cento e setenta e seis milhões oitocentos e dezoito mil novecentos e sessenta e cinco escudos).

É de realçar que este saldo refere-se a documentos de despesas pagas no cofre evidenciando assim que a CMPN, vem violando as normas elementares de execução orçamental, se levarmos em conta os nº 1, 2 e 3 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 47/80, de 2 de Julho, bem como a Lei 79/VI/2005 de 5 de Setembro. Tal procedimento põe em causa um bom controlo interno uma vez que dificulta o encerramento das contas e o próprio controlo da tesouraria no que concerne a contagem física dos fundos. No decorrer da nossa pesquisa constatamos que a última escritura efectuada no livro de termo de balanço refere a Dezembro de 2006, confirmando assim a ideia de que os dirigentes Camarários não tem dado a atenção especial ao controlo da tesouraria.

CONCLUSÃO

Do estudo que acabamos de realizar, ficamos a perceber que a Contabilidade é o principal instrumento de controlo das organizações, tanto públicas como privadas, fornecendo informações económicas e financeiras aos gestores para a tomada de decisões.

Em relação ao tema deste trabalho que versa sobre a “ Contabilidade das Autarquias Locais e os Sistemas de Controlo Interno”, os objectivos foram atingidos na medida em que os procedimentos Contabilísticos legalmente aceites e estabelecidos, no Decreto-Lei nº 47/80 de 2 de Julho de 1980, reforçado com o Decreto-Lei nº 79/VI/2005, que aprova o novo regime das Finanças Locais foram cumpridos, não acontecendo o mesmo com o sistema de controlo interno, que não se encontra explicito nos decretos acima mencionados.

Tratando-se da contabilidade Orçamental, assente na base de caixa, cuja informação prestada responde obrigatoriamente a existência de um orçamento anual, a sua aplicação baseia-se no princípio da unigrafia, e as transacções reconhecidas apenas na data em que se verifica o seu respectivo pagamento ou recebimento, não permitindo conhecer o real valor do Património Municipal no final da execução orçamental.

É de realçar que o único saldo que transita para a gestão seguinte é o saldo orçamental ao abrigo do nº1 do artigo 61º do Decreto-Lei 47/80, mostrando assim a necessidade da criação de um (POCAL) baseado no (PNCP), aliás o artigo 75º nºs 1,2 e seguintes do DL nº 79/VI/2005, no sentido de assegurar a plena humanização das regras e procedimentos contabilísticos, bem como a integração orçamental do Sector Publico Administrativo, determina que as Câmaras Municipais devem tomar medidas necessárias para a sua concretização.

De uma forma geral constatamos que foram cumpridas as normas estabelecidas na execução do orçamento até 2011, segundo o relatório da Auditoria e as contas de gerência até 2005, confirmado pelo relatório do TC apesar de muitas irregularidades apontadas. Mas o que conseguimos verificar é que na realidade há uma violação da Lei das finanças locais uma vez que há um sentido “perverso” das fases da receita e das despesas.

O sistema de controlo interno das empresas não diferencia do das autarquias locais, ou seja ambos tem o mesmo objectivo, e são adequados conforme as actividades e necessidades de cada um. A lei das finanças Locais não estabelece precisamente um sistema de controlo interno para as autarquias locais, mas sim normas de execução orçamental focalizadas na receita e despesa e no controlo da tesouraria ou seja o sistema de contabilidade com base no regime de caixa assim o permite.

O controlo dos meios líquidos de pagamento, não têm sido efectuados principalmente nos cofres da tesouraria conforme estabelece o nº1 do artigo 66 do Decreto-Lei n. 47/80, a não ser a quando da mudança de um dos responsáveis.

Não são efectuadas, mensalmente, a reconciliação das contas bancárias, aliás o relatório de auditoria detectou saldo por justificar que, a nosso ver, poderá corresponder a depósitos nas contas por justificar ou o não cumprimento das fases das receitas. Apesar de haver segregação de funções, um dos pontos fulcrais para um bom sistema de controlo interno, constatamos que as fases das despesas não têm sido cumpridas, isto é, se tivermos em conta o volume de documentos existentes nos cofres (em milhares de contos) que corresponde ao saldo da gerência que transita para a gerência seguinte, dos quais muitos carecem de assinaturas dos responsáveis, segundo o mesmo relatório.

No que concerne as contas de terceiros constamos que não há um sector com um responsável designado para as compras, nem são utilizadas as requisições externas ou contratos, nem contactos com diversos fornecedores, violando as normas legais aplicáveis em matéria de assunção de compromisso e de concursos. Não há uma conta de Clientes nem de fornecedores portanto não se pode falar na reconciliação entre essas contas com as da CMPN, nem do Estado com os entes públicos, e quanto as existências também não se pode falar em controlo uma vez que não há um responsável de armazém, nem um inventario adequado para os bens do Município.

Ao contrário da equipa inspectiva e tendo em conta a lei das Finanças locais, conjugado com o Decreto-lei 47/80, somos de opinião que na realidade não existe um sistema de controlo interno na CMPN, outrossim a equipa apresenta um conjunto de irregularidades, que nos leva a chegar a tal conclusão. As autarquias locais em Cabo Verde, funcionam

com o regime de Contabilidade de caixa, e não havendo o balanço regular na tesouraria como é possível considerar existência de controlo interno? Aliás, se não existe um sistema de controlo interno é óbvio que não haverá controlo interno e isso não tem sido prioridade dos dirigentes camarários.

RECOMENDAÇÕES

Ao longo da pesquisa constatamos que a CMPN, cumpriu em parte os preceituados na Lei quanto a aplicabilidade dos princípios contabilísticos, mas também foi constatado um conjunto de fragilidades quanto ao Sistema de controlo interno. Com o objectivo de reforçar a confiança nos registos contabilísticos e documentos de suporte e assegurar a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude e erros, bem como a preparação oportuna dos mapas de prestação de contas que garantem a fiabilidade das informações, recomendamos o seguinte:

- ✧ A elaboração de um manual de controlo interno que abarca todas as áreas, tendo em conta a dimensão da CMPN e o volume de recursos postos a sua disposição;
- ✧ Que na contabilidade seja colocada um funcionário direccionado a elaboração das despesas e outro na elaboração das receitas, que garantem uma maior confiança nos dados;
- ✧ Que se implemente o controlo diário e se efectue o balanço mensal à tesouraria ao abrigo do nº1 do artigo 66º do Decreto-Lei nº 47/80, de forma a se precaver dos riscos de desvios de fundos;
- ✧ Que sejam respeitados os princípios que estabelecem as fases das receitas e das despesas;
- ✧ Que seja implementado os planos de inventariação e de cadastro dos imobilizados, de modo a permitir o conhecimento integral e exacto da composição do Património autárquico;
- ✧ Que seja efectuado mensalmente a conciliação das contas bancárias.
- ✧ A criação de uma conta corrente de modo a permitir a reconciliação das contas dos clientes, fornecedores, os empreiteiros e o Estado (DGCI e INPS).

BIBLIOGRAFIA

- BARAÑANO, Ana (2008) - Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão. 1ª Edição. 2ª Impressão- Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO NOVO, Relatório da Conta de Gerência 2008, 2009, 2010, 2011.
- COSTA, Carlos (2007), Auditoria Financeira – Teoria & Prática. Lisboa: Editor: Rei dos Livros.
- BLATT, Michelle (2001), a Importância do controle interna no acompanhamento das prestações de contas dos recursos estaduais e federais: um estudo de caso na prefeitura municipal de JUINA-MT. – Monografia.
- BORGES, António (2010), Elementos de Contabilidade Geral. 25ª Edição- Lisboa: Editora; Áreas Editora, SA
- CAIDO, António e al. (2002), Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública. 2ª Edição-Lisboa: Editor; Áreas Editora, SA
- FERNANDES, Carla et al. (2013) – Analise Financeira – Teoria e Prática – 2ª Edição – Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- FERREIRA, Odete-2005, Manual de Técnicas de Administração e Contabilidade Pública.
- FINK, Roberto Carlos (2008), O Sistema de Controlo Interno nos Municípios e os Condicionantes Para o Seu Efectivo Funcionamento- Porto Alegre- Monografia.
- FORTIN, Marie, (1990), O Processo de Investigação: da concepção à realização.
- LUIS, José (1999), Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Lisboa: Editor; Vislis Editores, Lda.
- MEIRELLES, Hely Lopes (2001). **Direito administrativo brasileiro**. 26ª. Edição. São Paulo:
- LIMA, Diana (1012), Colectânea Gestão Pública Municipal- Gestao-2013, 2016.- Contabilidade Pública – Brasília – CNM.
- ALMEIDA, Rui, BARROS, Argentina (2009), Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro-SNCRF- de Cabo Verde. Editor: ATF-
- RAMOS, Miguel, (2002), Projecto de reforma e capacitação do sector público

- Revista do Ministério das Finanças (2002), A cooperação Descentralizada em Cabo Verde- Praia.
- Revistas do Tribunal de Contas (2001 e 2002). Editor; Gráfica da Praia
- VEIGA, Carlos (2007), Descentralização; conceito e perspectiva- Discurso apresentada na Praia.
- WILL, Anderson (2008) - Composição e Evolução das Despesas Públicas do Estado de São Paulo Entre os Anos de 2004 e 2008.- São Paulo: monografia.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CAIDO, António (2011), Contabilidade Analítica e de gestão. 6ª edição, Áreas editora.
- CAIDO, António e MADEIRA, Paulo (2008), O Encerramento de contas na perspectiva contabilística fiscal. 4ª Edição, Áreas Editora.
- CARVALHO, José (2011), Gestão de empresas – Princípios fundamentais. 2ª Edição, Editor Silaba, Lda.
- Decreto-Lei nº 37/2011, que define os classificadores das receitas, das despesas, dos activos não financeiros, dos activos e passivos financeiros.
- JORDAN, Hugues, e al, (2008), O controlo de gestão ao serviço da estratégia e dos gestores. 8ª Edição, Áreas editora.
- POCINHO, Margarida (2012), Metodologia de investigação e comunicação do conhecimento científico. Editor: Edições técnicas.

Legislação

- Constituição da República de Cabo Verde – 2ª Revisão Ordinária de 2010.
- Decreto- Lei 47/80 de 2 de Julho de 1980, que estabelece as regras aplicáveis ao orçamento e contabilidade municipais.
- Decreto- Lei nº 69/VII/2010, que aprova Lei quadra da descentralização.
- Decreto –Lei, nº 29/2001, que institui o novo regime à Administração Financeira do Estado.
- Decreto-Lei nº 79/VI/2005, que aprova o novo regime das Finanças Locais.

- Decreto-Lei nº 10/2006, que aprova o Plano Nacional da Contabilidade Pública de Cabo Verde.
- Decreto-Lei 43/2008 de 16/08/2008.
- Despacho nº 9/2007, que cria a Comissão de modernização contabilística.
- Decreto nº 134/IV/95 que aprova o Estatuto Nacional dos Municípios de Cabo Verde.
- Decreto-Lei 69/81, que prova os livros e impressos utilizados na contabilidade
- Resolução nº 6/2011, que aprova as instruções para a apresentação de contas das entidades da Administração Central e Municipal, a submeter ao Tribunal de Contas.

Sites consultados

- www.reformadoestado.gov.cv –a cessado em 08-10-2013 00:48
- www.portondinosilha.cv – a cessado em 08-10-13 13:50
- www.ine.cv – - a cessado em 10-10-13 15:35
- www.minfin.gov.cv a cessado em 10-10-13 16:40
- www.tribunalcontas.cv a cessado em 15-10-13 22:35
- <http://www.significados.com.br/nepotismo/> a cessado em 28-10-13 12:36
- <http://www.vemconcursos.com/> 28-10-10 13:48
- <http://www.anmcv.net/anmcv/docs/> 28-10-13 14:30

ANEXOS

Anexo 1 – Guias de receitas municipais extraído do (SIM)



Modelo 13

República de Cabo Verde
Câmara Municipal Do Porto Novo
Divisão de Contabilidade

Guia de Receitas Municipais - 28/11/2013

| Nº Orde | Nº Cab. | Código | Rúbrica | Valor |
|---------|---------|---------------------|--------------------------------------|---------|
| | 195353 | 01.01.06.01.01 | Imposto De Selo | 1,500 |
| | 195353 | 01.01.03.01 | Imposto Único Sobre O Património | 4,520 |
| | 195353 | 01.02.03.02.90 | Outros Emolumentos E Custas | 20 |
| | 195353 | 01.04.02.04.09 | Serviços Diversos | 1,000 |
| | 195353 | 01.04.02.02.01.00.0 | Taxas De Serviços De Secretaria | 14,455 |
| | 195353 | 03.01.04.01.01.02 | Terrenos Do Domínio Público - Vendas | 150,000 |
| TOTAL: | | | | 171,495 |

Debita-se ao Tesoureiro
a quantia de Cento e Setenta e Um Mil e Quatrocentos e Noventa e Cinco escudos
proveniente de Proveniente de pagamento da totalidade de um lote de terreno adquirido em Chã de Matinho Norte conforme ____/2013

Câmara Municipal Do Porto Novo, 28 de Novembro de 2013

O Secretário Municipal


RECIBO

Recebi a Importância supra, que registei, discriminadamente, no Livro modelo 24.

_____, _____ de _____ de _____

O Tesoureiro

Anexo 2 – Guia de despesas municipais

|  REPÚBLICA DE CABO VERDE MUNICÍPIO DO PORTO NOVO | |
|--|---|
| Ano económico de 2010 | |
| Ordem de Pagamento N.º | |
| 296.790,00 | |
| 0,00 | |
| 0,00 | |
| 0,00 | |
| 0,00 | |
| 0,00 | |
| Importância ilíquida 296.790,00 | |
| Selo de Recibo 0,00 | |
| L. U. R. 0,00 | |
| L. V. A. 0,00 | |
| 0,00 | |
| Importância líquida 296.790,00 | |
| <i>Verificado.</i> <i>O Secretário Municipal,</i> | À... Fiscalização da Obra de Construção do Paços do Concelho. |
| <i>Livro m/22, fls.</i> <i>Em/...../..... por</i> | é devida a quantia de duzentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa escudos,- |
| <i>Liquidado em...../...../.....</i> <i>Sob o n.º</i> <i>Por.....</i> | proveniente de pagamento de honorários, respeitante ao mês de Maio de 2008, a equipa de fiscalização da Empreitada da construção do Paços do Concelho do Porto Novo, conforme anexa.- |
| <i>Descarga do pagamento no livro m/23, em/...../.....</i> <i>Por</i> | Despesas dos Serviços Os justificativos da despesa ficam arquivados na Secretaria. |
| | Requisição N.º { de de de de |
| | Recebi da Tesouraria Municipal, a importância supra Em de de |

Anexo 3 – Modelo 2 - Conta de Gerência

Modelo 2 - Conta de Gerência (Municípios)

Município de

Gerência de ____ de ____ a ____ de ____

Aprovado pela Assembleia Municipal em/...../.....

| Fluxos Orçamentais | | | | | | | | | |
|--------------------|---------------------------------|--|--------------|-------|------------|---------------------------------|--|--------------|-------|
| Código | Recebimentos | | Importâncias | | Códig o | Pagamentos | | Importâncias | |
| | | | Parcial | Total | | | | Parcial | Total |
| | Saldo de abertura | | | | | Despesas Orçamentais | | | |
| | Execução Orçamental | | A | | | Despesas Correntes | | | |
| | Operações de Tesouraria | | B | | | Despesas de Capital | | | |
| | Fluxos Extra-Orçamental | | C | D | | | | | |
| | Sendo: | | | | | Operações de Tesouraria | | | |
| | Em cofre | | X | | | Receitas do Estado | | | |
| | Em depósito | | Y | | | Outras Operações de tesouraria | | | |
| | Total | | D | | | Fluxos Extra-Orçamentais | | | |
| | | | | | | Grantias | | | |
| | Receitas Orçamentais | | | | | Cauções | | | |
| | Receitas Correntes | | | | | Outros fluxos | | | |
| | Receitas de Capital | | | | | Saldo de encerramento | | | |
| | Operações de Tesouraria | | | | | Execução Orçamental | | E | |
| | Receitas do Estado | | | | | Operações de Tesouraria | | F | |
| | Outras Operações de tesouraria | | | | | Fluxos Extra-Orçamental | | G | H |
| | Fluxos Extra-Orçamentais | | | | | Sendo: | | | |
| Grantias | | | Em cofre | Z | | | | | |
| Cauções | | | Em depósito | W | | | | | |
| Outros fluxos | | | Total | H | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | TOTAL | | | | | TOTAL | | | |

Aprovado em sessão de de de 2.....

(Assinatura de todos os responsáveis)

(selo branco)

Anexo 4 – Modelo 3 – Mapa da execução orçamental - receita

[illegible]

Anexo 5 – Modelo 4 - Mapa de execução orçamental - despesas

Modelo 4 - Mapa de execução orçamental - Despesa

Entre a despesa orçamentada e a paga no período de de de a de de

(a) -

Exercício

| Materia | Rubrica | Designación | Oprerendas | | | | Compromisos | | | | Liquidadas | | | | Realizadas | | | | Compromisos Pendientes de Liquidación | | | | Liquidadas Pendiente de Realización | | | | Discrepancias | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------|---------|-------------|------------|----------|---------|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|-----------------|------------|----------------|----------------|-------|---------------|--------------|-------|---------------|---------------------------------------|-------|-------------|------------|-------------------------------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------------|------------|------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|----|
| | | | Origen | Aterajes | Compras | | Em No Ejercicio | Em Ejercicio | Em No Ejercicio | Em Ejercicio | Total | De Liquidación | De Liquidación | Total | De Ejercicios | De Ejercicio | Total | De Ejercicios | De Ejercicio | Total | Compromisos | Liquidadas | Realizadas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | Valor | % ejercicios | | | | | | | | | | | | | | | | | | Valor | % ejercicios | Valor | % ejercicios | Valor | % ejercicios | Valor | % ejercicios | Valor | % ejercicios | Valor | % ejercicios | Compromisos | Liquidadas | Realizadas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | </ |

de de2

0.

.....
Assinatura
(Selo Branco)

Anexo 6 – Modelo 5 - Mapa da responsabilidade do tesoureiro

Modelo 5 - Mapa de responsabilidade do tesoureiro

(a)

Período de de a de de

(b).....

| Fluxos Orçamentais | | | | | | | | | |
|--------------------|---------------------------------|--|--------------|-------|--------|---------------------------------|--|--------------|-------|
| Código | Recebimentos | | Importâncias | | Código | CRÉDITO | | Importâncias | |
| | | | Parcial | Total | | | | Parcial | Total |
| | Saldo de abertura | | | | | Despesas Orçamentais | | | |
| | Execução Orçamental | | A | | | Despesas Correntes | | | |
| | Operações de Tesouraria | | B | | | Despesas de Capital | | | |
| | Fluxos Extra-Orçamental | | C | D | | | | | |
| | Sendo: | | | | | Operações de Tesouraria | | | |
| | Em cofre | | X | | | Receitas do Estado | | | |
| | Em depósito | | Y | | | Outras Operações de tesouraria | | | |
| | Total | | D | | | Fluxos Extra-Orçamentais | | | |
| | | | | | | Grantias | | | |
| | Receitas Orçamentais | | | | | Cauções | | | |
| | Receitas Correntes | | | | | Outros fluxos | | | |
| | Receitas de Capital | | | | | Saldo de encerramento | | | |
| | Operações de Tesouraria | | | | | Execução Orçamental | | E | |
| | Receitas do Estado | | | | | Operações de Tesouraria | | F | |
| | Outras Operações de tesouraria | | | | | Fluxos Extra-Orçamental | | G | H |
| | Fluxos Extra-Orçamentais | | | | | Sendo: | | | |
| | Grantias | | | | | Em cofre | | Z | |
| | Cauções | | | | | Em depósito | | W | |
| | Outros fluxos | | | | | Total | | H | |
| | | | | | | | | | |
| | TOTAL | | | | | TOTAL | | | |

....., em de de 2.....

O Tesoureiro

.....

(Assinatura)

(selo branco)

(a) Nome do Município

(b) Nome do tesoureiro

Anexo 7- Modelo 7b - Mapa da Conciliação Bancária

Modelo 7b - Conciliação Bancária

(a).....

Período de De A de De

Banco: .

Conciliação bancária referente a ____/____/____

| | | | |
|--|-------------|------------------|------------|
| 1. Saldo do Extracto bancário | | | |
| 2. Operações a débito na contabilidade e não reflectidas no banco | | | |
| <u>N.º</u> | <u>Data</u> | <u>Descrição</u> | |
| | | | |
| Total | | | (+) |
| 3. Correções a crédito na contabilidade e não reflectidas no banco | | | |
| <u>N.º</u> | <u>Data</u> | <u>Descrição</u> | |
| | | | |
| Total | | | (-) |
| 4. Total saldo bancário reconciliado (4=1+2-3) | | | |
| 5. Saldo Contabilístico | | | |
| 6. Operações a débito no banco e não refletidas na contabilidade | | | |
| <u>N.º</u> | <u>Data</u> | <u>Descrição</u> | |
| | | | |
| Total | | | (-) |
| 7. Operações a Crédito no banco e não refletidas na contabilidade | | | |
| <u>N.º</u> | <u>Data</u> | <u>Descrição</u> | |
| | | | |
| Total | | | (+) |
| 8. Total contabilístico reconciliado (8=5-6-7) | | | |
| Diferença (4 =8) obrigatorio ser igual | | | |

....., em De

O

(Assinatura)
(Selo branco)

Anexo 8 – Modelo 10b -Mapa resumo dos documentos de despesas

Modelo 10b - Resumo dos documentos de despesas - Pessoal

(a)

Período de de a de de

| Classificação Orçamental | Designação da rubrica |
|--------------------------|-----------------------|
| | |

[illegible]

....., em de de 2.....

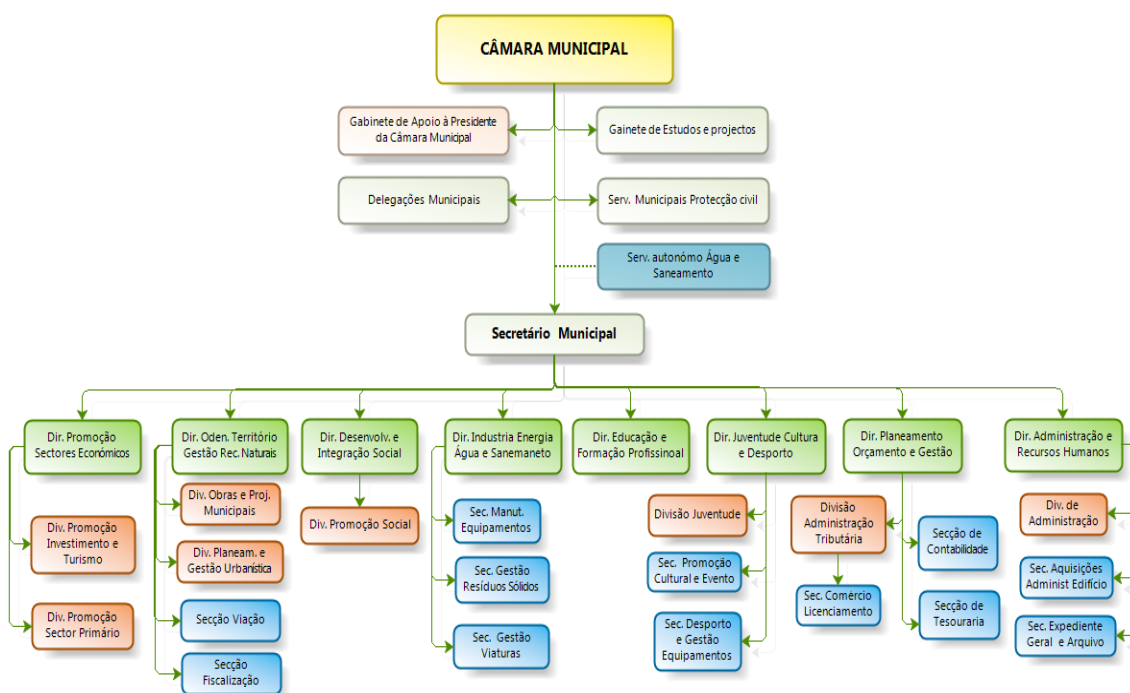
O

.....

(Assinatura)

(Selo Branco)

Anexo 9 – Organigrama da CMPN



Fonte: Regulamento orgânico da CMPN